

Por um anno.....	10\$000
Por seis meses.....	5\$600
Por tres mezes.....	3\$000
Avulso por folha.....	\$040
Anuncios, por linha.....	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escritorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, do que se receberem dois exemplares.

Por um anno.....	12\$000
Por seis mezes.....	6\$600
Por tres mezes.....	3\$600

Comunicados e correspondencias, por linha..... \$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

Sua Magestade El-Rei ha por bem, em vista das informações recebidas do governador do bispado de Bragança, resolver que se abra concurso para o provimento da parochial igreja de Nossa Senhora da Assumpção de Sonim, no concelho de Val Passos; observando-se quanto aos actos do concurso o que se acha determinado na portaria circular de 30 de agosto de 1847 (*Diario* n.º 205); e pelo que respecta ao prazo d'elle o que se dispoz na portaria de 16 de novembro de 1849 (*Diario* n.º 273). O que o mesmo augusto senhor manda assim participar ao governador do bispado de Bragança, para sua intelligencia e mais effectos.

Paço das Necessidades, em 3 de abril de 1860. — *João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.*

Relação n.º 907, com referencia ao districto de Lisboa, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue ao interessado, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO					OBSERVAÇÃO	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DO AGRACIADO	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO		
						ANUAL		MESESAL
-	11820	Pensões	38	O conde da Louzã, D. Diogo.....	Aposentado civil	220\$000	18\$333	Começa o abono em 28 de fevereiro ultimo.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 30 de março de 1860. — *Alexandre José da Silva e Almeida.*

Relação n.º 53, com referencia ao districto de Faro, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue ao interessado, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO					OBSERVAÇÃO	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DO AGRACIADO	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO		
						ANUAL		MESESAL
		-	11821	Pensões	16	Manoel José da Gama Callalé, egresso		Prestacionado

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 3 de abril de 1860. — *Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.*

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Sua Magestade El-Rei, tendo em vista as representações que lhe foram dirigidas por Jeronymo Emiliano de Abreu Mettrass e Joaquim Pereira de Figueiredo por uma parte, e por outra parte, por João Maria de Figueiredo Frescata e Joaquim Gonçalves Macieira, e por diferentes accionistas da companhia anonyma denominada *café concerto*; considerando, que não só pelos factos mencionados n'estas representações, mas por outros já anteriormente conhecidos pelo governo, que deram lugar á nomeação de uma commissão de inquerito em 24 de dezembro de 1859, consta que aquella associação vive em completa anarchia; considerando que diferentes individuos se dizem directores d'esta companhia e presidentes da sua assembleia geral, sustentados por um certo numero de accionistas, e allegando todos que estão legitimamente eleitos, e ao regular exercicio das suas funções; considerando que não é possível consentir que subsistam os inconvenientes de um tal estado de cousas resultam; considerando que as duas parcialidades em que hoje está dividida aquella associação reconhecem a urgente necessidade de se adoptar uma medida excepcional que torne regular a sua vida social; considerando, finalmente, que o governo, como tutor dos interesses publicos, tem a rigorosa obrigação de zelar o modo por que as companhias anonymas cumprem os seus estatutos, e respondem á confiança que mereceram quando estes foram approvados; visto o parecer do ajudante do procurador geral da coroa junto ao ministerio das obras publicas, commercio e industria: ha por bem o mesmo augusto senhor determinar, pelo referido ministerio, que o governador civil do districto administrativo de Lisboa, nomeie um dos administradores dos bairros da capital, o qual, com a maior urgencia, convoque extraordinariamente a assembleia geral da companhia anonyma *café concerto*, que deverá ser constituída na conformidade do artigo 12.º dos estatutos approvados por decreto de 3 de fevereiro de 1857, e já explicado pela portaria de 5 de janeiro do corrente anno, a fim de se proceder á eleição da mesa da assembleia geral, e determinar qual a direcção legal da companhia, tendo em vista as disposições da sua lei, devendo o resultado d'esta eleição prevalecer até á epocha marcada nos estatutos para a reunião regular da assembleia geral; e não se entendendo por esta nova deliberação que fica alterado o que se dispoz na portaria já citada de 24 de dezembro ultimo, que mandou nomear uma commissão de inquerito, a qual deverá continuar os seus exames, e o resultado d'elles dar conta ao governo para se tomarem as deliberações que parecerem convenientes. O que, pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, se communica ao governador civil do districto administrativo de Lisboa, para sua intelligencia e effectos convenientes.

Paço das Necessidades, em 28 de março de 1860. — *Antonio de Serpa Pimentel.*

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DA TRESOURARIA

Em continuação do annuncio inserto no *Diario de Lisboa*, n.º 74, publica-se que se expediram as ordens necessarias para o pagamento, no dia 7 do corrente, dos vencimentos do mez de março de 1860 das seguintes classes:

Camara dos dignos pares
Camara dos senhores deputados
Relação de Lisboa, procuradoria regia e delegados
Tribunaes do commercio
Estado maior do exercito
Supremo conselho de justiça militar
Sé de Lisboa
Majoria geral
Estado maior da 1.ª divisão militar
Governo civil de Lisboa
Officias generaes reformados
Repartição de fazenda do districto de Lisboa.

Direcção geral da thesouraria do ministerio da fazenda, em 4 de abril de 1860. — No impedimento do conselheiro director geral, *Guilherme Augusto de Sousa e Cunha.*

Em continuação do annuncio inserto no *Diario de Lisboa*, n.º 74, publica-se que se expediram as ordens necessarias para o pagamento, no dia 9 do corrente, dos vencimentos do mez de março de 1860 das seguintes classes:

Academia de bellas artes
Academia real das sciencias
Archivo da torre do tombo
Bibliotheca publica
Estado maior de engenharia
Dito de artilheria
Governos de praças e fortalezas
Arsenal do exercito
Secretario do conselho geral de beneficencia
Primeiro batalhão de veteranos.

Direcção geral da thesouraria do ministerio da fazenda, em 4 de abril de 1860. — No impedimento do conselheiro director geral, *Guilherme Augusto de Sousa e Cunha.*

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

1.ª Repartição
Relação dos foreiros que pediram remir fóros que pagam á fazenda nacional, e que foram deferidos na semana proxima finda, os quaes em cumprimento do artigo 6.º do decreto de 21 de outubro de 1852 devem effectuar o pagamento no prazo de trinta dias, contados das datas dos respectivos despachos.

Emphyteuta Maria Gertrudes da Silva — fóro de 4\$000 réis e 500 maças — despacho de 23 de março de 1860.
Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 2 de abril de 1860. — *Antonio Joaquim da Silva.*

Movimento por bandeira

IMPORTAÇÃO			
QUALIDADE DA BANDEIRA	NUMERO DE NAVIOS	TONELAGEM	TRIPULAÇÃO
Ingleza.....	55	5501	306
Dinamarqueza.....	1	102	7
Francesa.....	1	94	8
	57	5697	411

EXPORTAÇÃO			
QUALIDADE DA BANDEIRA	NUMERO DE NAVIOS	TONELAGEM	TRIPULAÇÃO
Ingleza.....	19	2293	135
Holandeza.....	2	133	8
Portuguesa.....	2	324	19
	23	2750	162

Vice-consulado de Portugal em Hull, em 31 de dezembro de 1859.

Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 23 de março de 1860. — *João Palha de Faria Lacerda.*

Nota dos preços correntes dos fundos publicos da praça de Londres, em 26 de março de 1860

Consolidados.....	em dinheiro.....	94 1/2 a 94 3/4
Fundos da India.....	em conta.....	94 3/4 a 94 1/2
		104 1/4 a 105-104 1/4

FUNDOS ESTRANGEIROS

Austriacos.....	de 5 por cento.....	— a —
Belgas.....	de 2 1/2 ".....	98 a 100
Brazileiros.....	de 1858, de 4 1/2 por cento.....	90 a 92-91
	de 1852.....	30 a 92
	de 6 ".....	101 a 103
Chilenos.....	de 3 ".....	101 a 106
	de 4 1/2 ".....	73 a 76
Dinamarquezes.....	de 3 ".....	86 a 87
	de 5 ".....	— a —
Allemaes.....	de 2 1/2 ".....	65 1/2 a 66 1/2-66
	de 4 ".....	101 a 109
Mexicanos.....	de 3 ".....	22 1/2 a 21 1/2
Peruvianos.....	de 4 1/2 ".....	92 a 93-92
	de 3 ".....	73 a 72 1/2
Russos.....	de 3 ".....	64 3/4 a 65 1/4
	de 4 1/2 ".....	97 1/2 a 98
Sardos.....	de 5 ".....	107 1/2 a 108 1/2-107 3/4
	de 3 ".....	84 1/2 a 85 1/2
	diffidida.....	45 a 45 1/2-45 1/4
Hespanhoes.....	passiva.....	24 1/2 a 34 1/2
	certificados.....	14 a 15-14 3/8
	interna, de 3 por cento.....	41 1/2 a 5
	de 6 por cento.....	79 1/4 a 79 3/4-79 3/8
Turcos.....	de 4 ".....	101 1/2 a 102-101 1/2
	de 1858, de 6 por cento.....	62 1/4 a 62 1/2-62 1/8
	de 1853, de 3 ".....	43 1/4 a 44-44
Portuguezes.....	de 1856-1857-1859.....	43 1/4 a 43 3/4
	diffidida.....	— a —
Novo emprestimo brasileiro de 4 1/2 por cento.....	Aopar.....	1/4 premio

Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 3 de abril de 1860. — *João Palha de Faria Lacerda.*

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mappa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em março de 1860, nos dias abaixo designados

	TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
	Molhos	Alq.	Molhos	Alq.	Molhos	Alq.	Molhos	Alq.	Molhos	Alq.
Dia 28.....	Entrada, nacionaes.....	48	9	—	—	166	40	—	—	6
	Existencia.....	647	5	989	38	13905	54	975	29	471
	Entrada, nacionaes.....	4	—	—	—	9	30	—	—	11
» 29.....	Idem, estrangeiros.....	24393	26	—	—	—	—	—	—	—
	Existencia.....	25237	55	985	32	1160	2	940	25	473
» 30.....	Entrada, nacionaes.....	32	52	—	—	666	2	—	—	30
	Existencia.....	410	55	—	—	—	—	—	—	—
	Idem, estrangeiros.....	24399	30	960	32	1704	10	930	25	467
	Existencia.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Preços.....		740 a 840		360 a 430		420 a 430		410 a 430		—

Repartição de agricultura, em 2 de abril de 1860. — *Rodrigo de Moraes Soares.*

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da mesa da santa casa da misericordia da villa de Borba, no anno economico de 1849 a 1850, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: visto o presente processo de ajustamento da conta da responsabilidade da mesa da santa casa da misericordia da villa de Borba, pela sua gerencia no anno economico de 1849 a 1850; visto o orçamento geral a fl. 120 v.: mostra-se que, deduzidas as dividas activas, na importancia de 2:253:382 réis, fora o rendimento proprio do anno computado em 2:327:791 réis; pelo que, em vista do n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859, não compete ao tribunal o julgamento d'este processo.

Tribunal de contas, 23 de março de 1860. — *Larcher = Margiochi = Lara = Albergaria.* — Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 31 de março de 1860. — *Custano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio Pedroso, como recebedor interino do concelho de Cascaes desde 11 de julho até 16 de setembro de 1856, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: vista a conta de fl. 16 v. e 17 da responsabilidade de Antonio Pedroso, como recebedor interino do concelho de Cascaes desde 11 de julho até 16 de setembro de 1856; vistos os relatorios de fl. 6 e 14, e os documentos a que se referem; mostra-se que o debito e o credito d'este responsavel importam em uma igual quantia de 207:826 réis, incluindo-se no debito a quantia de 29:120 réis pelos fundos que recebeu do recebedor seu antecessor, Joaquim José de Barros, comprehendendo-se no credito a importância de 92:380 réis de impressos sellados que passaram, por transição, para a conta do seu successor João Antonio Baquie. Pelo que e porque no processo foram observadas todas as formalidades legais, julgam o referido Antonio Pedroso quite para

com a fazenda publica pela sua gerencia de recebedor interino do concelho de Cascaes no periodo decorrido desde 11 de julho a 16 de setembro de 1856.

Lisboa, 23 de março de 1860. — *Margiochi, relator = Lara = Albergaria = Dr. Nogueira Soares.* — Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 3 de abril de 1860. — *Custano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho da Covilhã, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: visto o presente processo de ajustamento de conta da responsabilidade da camara municipal do concelho da Covilhã, pela sua gerencia no anno economico de 1851 a 1852, mostra-se pelos orçamentos geral e supplementar a fl. 6 a 11, que deduzidas da receita orçada as dividas activas, na importancia de 3:489:810 réis, ficou sendo o rendimento proprio do anno 3:832:794 réis; pelo que, em vista do n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859, não compete ao tribunal o julgamento d'este processo.

Lisboa, 23 de março de 1860. — *Larcher, relator = Margiochi = Lara = Albergaria.* — Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 3 de abril de 1860. — *Custano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da mesa da irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia da mesma soberana invocação, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas etc.: que visto o orçamento fl. 3 competentemente approvado, pelo qual se mostra que a receita propria do anno de que se trata não chega a 4:000\$000 réis; e visto o que dispõe o n.º 2.º artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859; não compete ao mesmo tribunal o julgamento da

conta da responsabilidade da mesa da irmandade do Santíssimo Sacramento da freguezia da mesma invocação d'esta cidade, no anno economico de 1851 a 1852, de que se trata n'este processo.

Lisboa, em 16 de março de 1860.—Albergaria —Dr. Nogueira Soares—Larcher—Margiochi—Lara.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. —Secretaria do tribunal de contas, 3 de abril de 1860.—Cetano Francisco Pereira Garcez.

REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO DISTRITO DE LISBOA BAIRRO ALTO

Relação das anulações das verbas da contribuição predial, respectivas ao 2.º semestre de 1859, ordenadas pela junta dos repartidores d'este bairro.

3.ª Secção	
Antonio Pimenta—por haver tido devoluto durante o semestre a loja e 1.º andar n.º 63 do predio da rua da Oliveira n.º 63 e 64.....	25516
José Henriques Pereira da Silva—idem dito o 2.º andar n.º 20 do predio da calçada do Carmo n.º 20 a 22.....	18776
Simão da Silva—idem dito todo o predio do pateo das Hortas n.º 1 e 2.....	38996
Jacques Martin de Carignan—idem dito a 3.ª loja (s. n.) do predio do largo da Trindade n.º 8 e 9.....	28367
Condessa da Anadia—idem dito o 1.º andar n.º 4 do predio n.º 4 e 5 no largo do Carmo.....	125827
Hospital de S. José—idem em julho e agosto a loja n.º 56, e em julho somente a loja n.º 59, nos predios da rua de S. Roque n.º 54 a 59.....	18788
João Joaquim Torres—idem durante o semestre o 3.º andar n.º 34-M do predio da rua do Principe n.º 34-Ha 34-R	78406
Misericórdia de Lisboa—idem dito o 4.º andar lado direito do predio da rua do Principe n.º 35 a 38, e no predio da rua da Inveja n.º 46 a 59 as lojas n.º 47 e 47-A e o 3.º andar lado esquerdo n.º 54.....	45957
D. Maria Amélia Borges Serrão—idem dito todo o predio da rua de S. Lazaro n.º 112 a 118 com excepção do 1.º andar e da loja n.º 115 e 116.....	148357
Antonio Ferreira—idem dito a loja n.º 3 a 5 do predio n.º 1 a 5 na calçada da Bica do Desterro.....	53328
Pedro Joaquim Veridiano de Mello—idem dito desde julho até outubro a loja n.º 28 do predio n.º 25 a 28 na travessa da Cruz.....	5393
Antonio Joaquim Bello—idem em julho e agosto a loja n.º 7 e o 1.º andar n.º 9 do predio da rua do Sol n.º 7 a 10, e em diversos mezes interpolados diversos quartos do predio da travessa da Cruz n.º 49 a 51.....	25400
Viscondessa de Fornos de Algodres—idem durante o semestre o 1.º andar n.º 27 e a loja n.º 28 do predio da rua do Sol n.º 27 a 30, e nos predios da rua da Inveja n.º 11 a 15 o 4.º e 5.º andar n.º 12, as lojas n.º 13 e 15 e os quartos da escada n.º 14.....	88831
D. Joaquina Margarida Cardozo—idem dito toda a propriedade do campo de Santa Anna n.º 18 a 21.....	185502
Germano Augusto da Silva Pedrosa—idem dito o 1.º e 2.º andar n.º 149 do predio do campo de Santa Anna n.º 149 e 150.....	45588
Antonio de Sá Pereira Sampaio Osorio e Brito—idem dito a loja n.º 13 e de outubro a dezembro o 1.º andar n.º 16 do predio n.º 4 a 17 a Cruz do Taboado.	18184
José Joaquim Teixeira—idem durante o semestre a loja n.º 49 e o 2.º andar n.º 50 do predio da calçada de Santa Antonio dos Capuchos n.º 49 e 50...	58032
Luiz José Pinto Camello—idem dito o 2.º andar do predio n.º 51 da mesma calçada.....	48736
João Antonio de Paula Mariz Sarmiento Correia da França Silva Galvão—idem dito o 1.º e 2.º andar n.º 23 do predio n.º 22 e 23 na travessa da Cruz do Thorel.....	8641
José de Gamboa e Liz—idem dito a loja n.º 27 do predio da calçada de Santa Anna n.º 27 a 29.....	4443
Vicente José Ferreira—idem dito a agua furtada n.º 30 e a loja n.º 2 do predio na dita calçada n.º 30 e 31 com frente para a travessa da Encarnação e tres quartos no pateo n.º 51 na rua de Martin Vaz.....	18726
D. Maria Izabel Freire de Andrade e Castro—idem dito a loja n.º 86 e o 2.º andar n.º 87 do predio da calçada de Santa Anna n.º 86 a 88.....	28072
Antonio Roberto de Carvalho—idem em diversos mezes diversos quartos dos dez que contém o pateo n.º 117 da calçada de Santa Anna.....	18899
Joaquim Antonio Pereira—idem de julho a setembro o 3.º andar n.º 6 e a loja n.º 7, e em julho e agosto o 1.º andar n.º 8, tudo no predio da travessa da Encarnação n.º 6 a 9.....	18406
Mmanuel José Pereira—idem de outubro a dezembro o 1.º andar n.º 4, e durante o semestre a loja n.º 24, do predio da rua da Encarnação n.º 23 e 24 com os n.º 4 a 6 para o largo do mesmo nome.....	18683
Marino da Costa Cabral—idem durante o semestre todo o predio do campo de Santa Anna n.º 56, e a loja e 3.º andar do predio n.º 64 e 65 no mesmo campo.....	188206
Sebastião Gaspar—idem dito a loja n.º 126 do predio da rua de Santa Martha n.º 125 e 126.....	8888
Irmandade de S. José—idem dito as lojas n.º 61 e 63 do predio na travessa das Parreiras n.º 61 a 63.....	8888
José Filipe de Barros—idem dito a loja n.º 10, e de agosto a dezembro os tres andares n.º 11 do predio na travessa do Açogue Velho n.º 10 e 11.....	25590
Francisco Maria Machado—idem dito o predio da mesma travessa n.º 24 a 28 e de julho a outubro a loja do mesmo predio n.º 30 para a rua do Passadico, e durante o semestre o 1.º andar n.º 23 da travessa do Açogue Velho e a loja n.º 48 do predio n.º 46 a 48 na rua do Passadico.....	25687
Joaquim José Nogueira—idem dito durante o semestre a loja do predio n.º 48 na travessa do Açogue Velho.....	8443
Manuel Nunes Collares—idem dito o 3.º andar do predio n.º 56 da mesma travessa.....	5592
Antonio José Marques Leal—idem dito todo o predio da travessa do Despaicho n.º 4 a 7.....	25106

Manuel Maria Pinheiro da Silva Barbosa—idem dito a loja n.º 132 e 133 do predio n.º 130 a 133 da rua do Salitre, e o 3.º andar n.º 135 do predio contiguo	25675
Francisco Manuel Correia Lopes—idem dito a loja n.º 23 do predio n.º 22 e 23 na travessa Larga.....	28072
Manuel Joaquim dos Santos—idem dito uma loja e um quarto do 2.º andar no pateo n.º 31 da rua de Martin Vaz.....	15085
D. Lucia Josefa de Barros Luz—idem dito o 2.º andar n.º 7 F do predio da rua nova do Carmo n.º 7 E a 7 M.....	65166
Francisco Mendes Cardoso Leal—idem dito o 1.º andar (lado direito) do predio n.º 30 da rua da Trindade.....	35700
Francisco de Assis—idem dito a loja n.º 100, e de julho a setembro a loja n.º 96, no campo de Santa Anna.....	35258
Barbara Maria Candida Lopes—por ter alienado o predio da calçada do Carmo n.º 5.....	18481
Joaquim Barbosa Lima—por lhe não pertencer o predio da travessa do Secretario de Guerra n.º 18.....	65785
José Eudoro Guedes—idem o predio do campo de Santa Anna n.º 19 e 20....	435173
Luiz Antonio Gomes Collares—idem o predio da travessa do Meio n.º 22....	8617

Administração do bairro Alto, em 24 de março de 1860.—Pelo administrador presidente, Gregorio José Ribeiro de Freitas.—O escrivão de fazenda, Antonio Bandeira de Mello.

COMISSÃO DA DIRECÇÃO GERAL DA INSTRUCCÃO PUBLICA NO DISTRITO DE LISBOA

Tendo de subir, em virtude de ordens superiores, sem perda de tempo, por esta comissão a direcção geral da instrucção publica uma relação exacta dos livros, por onde actualmente se leem as doutrinas da instrucção primaria e secundaria em todas as aulas, assim publicas como particulares, que têm a sua sede n'este districto administrativo, com designação dos que tinham obtido aprovação do extinto tribunal do conselho superior de instrucção publica, são por este modo avisados todos os professores e mestras publicas e particulares de instrucção primaria ou secundaria, todas as pessoas que dirigem quaesquer estabelecimentos particulares de instrucção, tanto de um como de outro sexo, existentes n'esta capital, ou no resto do districto, para fazerem entregar n'esta comissão provisoriamente collocada no edificio do largo do Poço Novo, que tem entrada pela rua dos Poyas de S. Bento n.º 7, convenientemente datada e assignada, e officialmente sobrescriptada, até o dia 16 do corrente mez, a lista dos livros de que se faz uso nas respectivas aulas no ensino de cada uma das disciplinas, declarando em columna de observações os que tinham obtido a sobredita aprovação.

Comissão da direcção geral da instrucção publica no districto de Lisboa, 2 de abril de 1860.—O commissario, o conselheiro D. José de Lacerda.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Abre-se concurso por tres mezes, perante o mesmo conselho, a contar da publicação d'este aviso, para o provimento do lugar de cirurgião-mór de Macau, em conformidade com o disposto no decreto de 11 de dezembro de 1851. Os facultativos que o pertenderem podem apresentar no hospital da marinha os seus requerimentos devidamente documentados.

Hospital da marinha, 30 de janeiro de 1860.—Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presidente do conselho de saúde naval e do ultramar.

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A comissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 9 do corrente mez de abril, pelas onze horas, na sala das suas sessões, ha de contratar em praça publica o fornecimento de pão necessario para sustento dos enfermos, mediante as condições que estarão presentes n'aquelle acto, e que desde já podem ver-se na contadaria do dito estabelecimento.

Contadaria do hospital de S. José, 2 de abril de 1860.—O official maior, Manuel Cesario de Araújo e Silva.

CASA PIA DE LISBOA

A administração da casa pia de Lisboa manda annunciar o seguinte:

A administração reconhecendo que era do seu dever mandar ensinar um officio a todos aquellos orphãos, que pela sua condição e circunstancias estavam no caso de receber aquelle destino, julgou que devia publicar as causas que impediam que esse ensino se desse utilmente dentro da casa pia; e convidou os mestres particulares a vir procurar aprendizs n'esta casa.

Tendo decorrido um praso razoavel sem que este convite desse resultado algum, a administração resolveu estabelecer um subsidio em dinheiro, que lhe parecesse sufficiente, para os mestres que recebessem aprendizs da casa pia, e assim o annunciou. Não duvidaria mesmo augmentar esse subsidio, se os pertendentes fizessem depender d'esse augmento a acceitação dos aprendizs.

No intervallo de alguns mezes decorridos, desde então para cá, têm apenas sido procurados pelos mestres dos officios quatorze orphãos, e d'estes alguns voltaram novamente para esta casa por não agradarem aos mestres.

N'estes termos a administração da casa pia vê-se sem meios de poder fazer ensinar officios aos orphãos, que estão no caso de se aprender; e recia que a estado na casa pia em lugar de crear nos orphãos o amor do trabalho, para um dia poderem procurar os meios da sua subsistencia, os habitue á indolencia e á perguica, e lhes faça conceber o pensamento de subsistir toda a vida á custa do estado, isto é, dos cidadãos que trabalham, e pagam os impostos.

Accresce a esta consideração outra da maior importância. A excessiva accumulção de orphãos na casa pia, levada a ponto de violentar todas as administrações a accommodar um grande numero d'elles em claustros humidos e sem ventilação, debaixo de abobadas, pelas quaes tem sido impossivel evitar o filtramento das aguas, e em pavimentos, que têm inferiormente um deposito de materias em putrefacção, e havendo alem d'isso nos dormitorios o dobro, e ás vezes o triplo, das camas que devem haver, é, na opinião de todos os facultativos, que têm sido officialmente consultados, a principal causa das doenças que grassam na casa pia, das ophthalmias, das scorfulas, das phisicas, e das constituições enfezadas, que é facil de notar no grande numero dos orphãos da casa pia, resultando d'aqui o arruinar-se para sempre a saúde de muitos d'elles.

Entre os diversos meios, que a administração tem empregado, e continua a empregar, para extinguir esse foco de infecção, que, segundo a expressão de um dos relatorios dos facultativos, converte um collegio de educação popular em um hospital de doencas, que ali se vão adquirir a desaccumulação, é

na opinião de todas as pessoas esclarecidas, que têm sido consultadas, o meio mais essencial e eficaz.

Assim a saída dos orphãos para aprendizs em mestres particulares era tambem um dos melhores meios de obter este resultado tão necessario.

N'estes termos a administração da casa pia recorre aos sentimentos de religião e de humanidade de todos os mestres de officios, e das associações fabris de Lisboa e de fóra, supplicando-lhes que a ajudem n'este empenho, e que animados d'estes sentimentos venham receber aprendizs de entre os orphãos que ha na casa pia, e que desejam ter este destino.

Belem, 30 de março de 1860.—O director, Francisco de Paula Heitz.

ARSENAL DO EXERCITO

Convinde preencher um lugar vago de aparelhador da officina de carpinteiros de reparos e obra branca do arsenal do exercito, fica o mesmo lugar a concurso pelo espaço de vinte dias, contados da publicação d'este no *Diario de Lisboa*; podendo concorrer, em conformidade com o artigo 11.º do regulamento do dito arsenal, alem dos operarios da officina, qualquer outro individuo que reúna as condições seguintes:

1.ª Boa conducta moral e civil, comprovada a primeira com attestado do respectivo parochio, e a segunda com folha corrida.

2.ª Saber ler, escrever, e as quatro operações em inteiros, quebrados, decimales, e complexos; geometria pratica, desenho linear, e traduzir francez.

3.ª Mostrar-se habilitado para dirigir um estabelecimento fabril.

4.ª Merito artistico distincto, comprovado por alguma obra manufacturada.

Inspeção geral do arsenal do exercito, 31 de março de 1860.—Antonio Florencio de Sousa Pinto, major graduado.

PORTE NÃO OFFICIAL CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 30 DE MARÇO
PRESIDENCIA DO EX.º SR. VISCONDE DE LABORIM,
VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello) (D. Pedro do Rio)

As tres horas da tarde, reunido numero legal, declarou o sr. presidente aberta a sessão.

Leu-se a acta da precedente, que se julgou approvada nos termos do regimento, por não haver reclamação em contrario.

Deu-se conta da seguinte correspondencia:

Um officio do ministerio dos negocios estrangeiros, enviando, para serem distribuidos pelos dignos pares, sessenta exemplares das contas de gerencia relativas ao anno economico de 1857 a 1858, e do exercicio de 1856 a 1857, bem como igual numero de exemplares das de gerencia de 1858 a 1859, e do exercicio de 1857 a 1858.—Mandaram-se distribuir.

—do ministerio das obras publicas, enviando, para serem distribuidos pelos dignos pares, setenta exemplares da conta de sua gerencia relativa ao anno economico de 1857 a 1858, e do exercicio de 1855 a 1856.—Mandaram-se distribuir.

—do barão de Massarellos, enviando, para serem distribuidos pelos dignos pares, uma porção de exemplares de uma sua publicação a respeito da questão vinhateira do Douro.—Mandaram-se distribuir.

(Entrou o sr. presidente do conselho de ministros).

O sr. Visconde da Granja—pede a mesa queira informalo, se já houve resposta do sr. ministro do reino ao requerimento, pelo qual elle orador substituiu a sua interpegação, relativamente á questão dos arrozes.

Havia o orador, como a camara se recordaria, annunciando uma interpegação ao referido sr. ministro do reino sobre este objecto, mas infelizmente o estado de sua saúde não lhe permitiu comparecer na occasião em que o sr. ministro declarou achar-se habilitado para responder. Ora, recaindo que se verificassem novos desconfortos, entendeu dever variar de systema, e desistiu da annunciada interpegação, fazendo um requerimento, que tinha por fim informar o governo, por escripto, do que tem ficado a dizer verbalmente em resposta á interpegação. Por este motivo perguntava, se já se respondeu ao seu requerimento, que julga ter sido remetido ao seu destino.

O sr. Secretario—expoz que o requerimento do digno par foi enviado com um officio da presidencia ao sr. ministro, mas ainda não tinha chegado a resposta.

O Orador—continuou dizendo que não gosta de censurar ninguém, e muito menos pessoas ausentes; mas não deixaria de estranhar que tendo vindo, segundo lhe constou, declarar o sr. ministro do reino, que se achava habilitado a responder á interpegação, haja demorado uma resposta tão simples, como a que reclamava o seu requerimento; o que tanto mais era para estranhar, quanto que tinha pedido a urgencia em tal questão, pois estando proximo o tempo da cultura, e de se prepararem os terrenos, era inconveniente retardar quaesquer providencias que houvesse a dar, para não induzir os lavradores d'este genero em despezas, que ficariam inutilizadas. Para evitar, pois, a continuacão de taes demoras (O sr. Presidente do conselho—pediu a palavra), e considerando que o governo já se achava habilitado para tomar as necessarias providencias, por isso que, em vista da acalorada discussão que houve na outra casa do parlamento, pugnando uns pela innocencia da cultura do arroz, e outros mostrando quanto era prejudicial; attendendo por outro lado, a que não se achando, por essa occasião, o governo sufficientemente habilitado para tomar uma definitiva deliberação a tal respeito, se nomeou uma comissão para examinar bem o assumpto a fim de se obrar com perfeito conhecimento de causa; comissão que, segundo lhe consta, já terminou ha muito tempo o seu trabalho, sem que todavia tivesse o governo tomado providencia alguma; resolveu-se elle orador, de conformidade com os recios que tem de que o governo não considera este negocio tão urgente, qual o reputa, e muitas mais pessoas, a tomar a iniciativa que lhe compete, para apresentar um projecto de lei acerca de tão importante assumpto.

Sabe que o regimento exige que, antes de se apresentar qualquer projecto de lei, se inscrevam anticipadamente os seus autores; mas a camara tem dispensado por muitas vezes essa formalidade, e por isso pede que se lhe conceda o mesmo favor.

Consultada a camara assim se decidiu.

O orador leu o seguinte projecto de lei:

Artigo 1.º Fica temporariamente prohibida em todo o continente do reino a cultura do arroz, em quanto por lei não forem reguladas as condições e circumstancias com que poderá ser permitida aquella cultura.

Art. 2.º São porém exceptuados d'esta prohibição os terrenos que não tendo anteriormente produzido, nem sendo proprios para produzir outros cereaes, forem situados na distancia de quatro kilometros, pelo menos, das povoações compostas de

quinze fogos e de ahi para cima, e tiverem agua sufficiente para regar permanentemente aquella plantação.

Art. 3.º Nos termos em que fica permitida a cultura do arroz, não poderá esta effectuar-se sem que a autoridade competente tenha concedido a respectiva licença, a qual deve ser precedida de vistoria e inspecção ocular a fim de se verificar se os terrenos têm as circumstancias exigidas no artigo antecedente.

§ unico. Nas mesmas licenças, que durarão somente por um anno, será expressamente declarado que os donos das searas ficam obrigados a destruir estas, logo que pelas vistorias posteriores a que se procede nos mezes de verão se conheça que não teve agua sufficiente na forma que determina o artigo 2.º

Art. 4.º Para supprir a falta que momentaneamente possa haver na producção d'este genero, fica permitida a importação do arroz estrangeiro livre de direitos até que se publique a lei mencionada no artigo 1.º

Art. 5.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Camara dos pares do reino, em 30 de março de 1860.—Visconde da Granja.

Finda a leitura o orador pediu que fosse mandado á competente commissão.

O sr. Presidente—respondeu que se distribuiria á commissão de agricultura.

O sr. Visconde da Granja—expoz igualmente parecer-lhe escusado recomendar aos dignos membros da commissão que quando se tratar de tal objecto queiram convidar os srs. ministros do reino e obras publicas, para assistirem aos seus trabalhos.

Pediú tambem que fosse mandado imprimir no *Diario de Lisboa*, a fim de ter publicidade, facilitando-se a poderem-se emitir varias opiniões a tal respeito (O sr. Marquez de Vallada—apoiado), e indicarem-se talvez algumas providencias proficuas.

Desde já declarava porém que se, antes de ser discutido este projecto, o sr. ministro tomar algumas providencias que contemem a elle orador, não terá duvida em retiralo.

Pediú a urgencia.

O sr. Presidente—disse que, apesar de a mesa ter direito para mandar publicar no *Diario* qualquer projecto, no entanto consultaria a camara; o que passou a fazer.

Esta indicacão foi approvada, e assim tambem a urgencia.

O sr. Visconde da Granja—aproveitou a occasião para mandar para a mesa um parecer da commissão de guerra, o qual leu e se mandou imprimir.

O sr. Presidente do conselho—expoz ter pedido a palavra para responder ao seu nobre amigo o sr. visconde da Granja, visto que de algum modo quiz fazer censura ao sr. ministro do reino. Assegura a s. ex.ª que não foi por falta de consideração para com s. ex.ª e para com a camara, nem tambem por negligencia, que o sr. ministro tem deixado de responder ao requerimento do sr. visconde da Granja.

Se o digno par não tivesse feito antes o seu requerimento, elle, orador, teria escripto ao sr. ministro para vir responder á interpegação, mas desde que fez o requerimento é desnecessario. Conclue, pois, dizendo que não pôde acceitar a censura do digno par ao sr. ministro, porque, como disse, não foi falta de consideração pelo digno par, nem por descuido que o sr. ministro deixou de responder, pois todos sabem quanto é assiduo no cumprimento do seu dever.

O sr. Visconde de Algeis—lembrou que com quanto, deferindo-se ao requerimento do digno par o sr. visconde da Granja, para se publicar no *Diario de Lisboa* o seu projecto de lei, fique o seu conteúdo conhecido por todos, não fica comtudo ao alcance dos srs. ministros, pois que sabido é serem s. ex.ªs, aquelles que, pelos seus muitos affazeres, nem têm o *Diario*. Sendo pois este objecto grave e importante, desejava elle, orador, que officialmente se remetesse uma copia d'este projecto ao sr. ministro do reino, para s. ex.ª saber que este negocio é de urgencia, e habilitar-se pela sua leitura para quando se tratar este objecto na respectiva commissão e na camara.

O sr. Presidente—tão judicioso e opportuna lhe parece a lembrança de s. ex.ª, que se dispensa de consultar a camara, significando ao digno par que a mesa dará as necessarias providencias.

O sr. Visconde de Fontes Arcada—pediu a palavra para apresentar o seguinte requerimento, que pediu fosse julgado urgente.

Era concebido nos seguintes termos:

«Requiro que pelo ministerio do reino se peça ao governo:

1.º Copia da portaria, ou ordem expedida por aquelle ministerio para mandar vir da livraria da cidade do Porto a obra rarissima, *Tirant lo Blanco*.

2.º Que diga se este livro precioso já foi devolvido á referida livraria, ou em que mãos para actualment.

Camara dos dignos pares, 30 de março de 1860.

—Visconde de Fontes Arcada.

O sr. Visconde de Balsemão—rogou se lhe permitisse licença de acrescentar ao requerimento do digno par: «que se pedisse ao sr. ministro do reino que informasse esta camara, talvez por via da bibliotheca publica do Porto, de onde era a proveniencia d'este livro; isto é, como tinha ido para a bibliotheca publica d'aquella cidade.»

O sr. Presidente—disse ao digno par que o enviasse por escripto para a mesa...

Satisfiz-se a esta indicacão.

«Requiro que pelo mesmo ministerio se informe como foi adquirido pela bibliotheca aquella livro.

—Visconde de Balsemão.

O sr. Presidente—propoz á votação da camara o requerimento do digno par o sr. visconde de Fontes Arcada, e assim tambem o additamento do sr. visconde de Balsemão, independente da urgencia, porque n'este caso não é necessaria, pois que taes requerimentos costumam ser resolvidos immediatamente.

Foram approvados.

O sr. D. Antonio de Mello—participou que o sr. conde de Penamacor o encarregára de participar á camara que não tinha podido ir ao paço na deputação para que fora nomeado por ter fallecido sua irmã; achando-se por conseguinte amojado, tambem não podia comparecer ás sessões.

O sr. Presidente—disse que, sendo pratica depois de taes participacões mandar-se desannoiar, assim se procederia para com o digno par o sr. conde de Penamacor.

O sr. Visconde de Balsemão—expoz que na sessão do anno passado se tomou uma deliberação a respeito de votações, em que se decidiu que podia haver votação, estando presentes metade e mais um do numero de dignos pares com que se havia aberto a sessão; cuja deliberação, julgou elle orador, e muitos dignos pares tambem, que era só para os objectos que estivessem dados para ordem do dia.

Não sendo possivel aos dignos pares terem de cópia todas as alterações ou modificacões que se hajam feito no regimento, pedia que ellas se imprimissem, o que importaria em pouca despeza, e isto em quanto se não refunde o novo regimento; evitando-se assim que se votasse n'um dia o contrario do que se votára no antecedente.

O sr. Presidente—pede ao digno par que mande para a mesa o seu requerimento por escripto, pois era de natureza tal que devia ter segunda leitura.

O sr. Marquez de Loulé—expoz que no *Diario de Lisboa* de quarta feira se lia o seguinte annuncio:

«Em consequencia do incommodo de saúde dos ex.ªs srs. vice-presidente e vice-presidentes supplementares, não pôde n'esta camara ter logar a sessão de amanhã 28 do corrente, como fora annunciada; e em virtude de ordem superior fica adiada para o dia sexta-feira 30 d'este mez.

Secretaria da camara dos dignos pares, em 27 de março de 1860.—Diogo Augusto de Castro Constancio.»

Parecia a elle orador este annuncio bastante irregular, tanto na materia como na forma, e que por isso devia merecer a attenção da camara, para prevenir para o futuro os inconvenientes de se alterar o dia marcado para a sessão da camara, e de deixar de haver sessão por falta de quem legalmente a presidia.

Disse que lhe parecia o annuncio de que tratava bastante irregular, porque julga que tal annuncio, a ter de se fazer, devia ser assignado por um dos srs. secretarios.

Tem-se estabelecido uma pratica, contra o regimento, de algumas correspondencias e outros documentos serem assignados por pessoas estranhas á mesa (apoiados), e isto é um inconveniente bastante grave.

O orador não censura ninguém, mas n'esta sua observação tem por fim unico evitar que para o futuro se continuem a dar casos semelhantes, os quaes são contra a dignidade da camara.

Para este fim apresenta a seguinte proposta:

«Proponho que a camara nomeie uma commissão a fim de propor a medida que julgar mais conveniente para evitar de futuro o inconveniente de deixar a camara de funcionar por falta de quem legalmente a presidia.

Esta commissão examinará se a pratica, que, em contravenção do regimento, se tem introduzido, de ser parte da correspondencia official e outros documentos assignados por pessoas estranhas á mesa tem inconvenientes, e n'esse caso se o regimento deverá observar-se rigorosamente n'esta parte, ou se carece de alguma ampliação.

Palacio das cortes, 30 de março de 1860.—Marquez de Loulé.»

O orador proseguiu dizendo que, antes de ler a sua proposta, não se lembrou de apontar um precedente que agora se poderia ter seguido; se a memoria lhe não falha em uma das sessões de 1835 a 1836 achando-se impedidos o presidente e vice-presidente a camara não deixou de funcionar.

O sr. Presidente—expoz que a mesa n'este caso merecia desculpa, porque não consta que exista a providencia apontada. Podendo achar-se impedidos os vice-presidentes, e não havendo na lei forma de providenciar n'este caso, elle, orador, não via outro modo de proceder senão aquelle que se poz em pratica, e foi o da sua competente participacão para a camara se reunir n'outro dia.

O Orador:—concluiu expondo que nada mais diria sobre este objecto, para não estar também fóra da ordem; e pediu sómente que a proposta do sr. marquez de Loulé fosse votada quanto antes para o fim que ella tem em vista.

Leu-se na mesa a proposta, e a sua urgencia foi approvada.

O sr. Visconde de Balsemão:—pediu igualmente a urgencia do seu requerimento.

Depois da leitura d'elle, foi também approvada a urgencia.

O sr. Presidente:—ia propor á camara se a proposta do digno par o sr. marquez de Loulé devia ser enviada a alguma das commissões que já existem, ou se porventura se nomearia uma *ad hoc*; porém, conhecendo pelos apoios que devia ser especial, determinou que a sua nomeação ficasse sendo a primeira parte da ordem do dia da sessão seguinte.

O sr. Marquez de Vallada:—pediu a palavra para dizer quanto sente não poder ainda realizar a interpellação ao sr. ministro da justiça.

O sr. Presidente do conselho:—declarou que mandava chamar s. ex.^a que se achava na outra camara.

O orador:—agradece a benevolencia do nobre presidente do conselho, e espera que o sr. ministro da justiça não deixará de comparecer, ou n'aquelle momento se podesse, ou pelo menos ao acabar a sessão da outra camara que era de presumir fechasse antes das duas dignas partes.

Aproveitava porém aquella occasião para corrigir uma falta que commettera n'uma das ultimas sessões em que, tendo feito um requerimento relativo ao negocio do hospital de S. José, o não chegou a mandar para a mesa por scripto segundo se via do *Diário de Lisboa*.

Mandava portanto para a mesa o requerimento e pedia a urgencia, esperando da camara que attenda á gravidade do assumpto, e importancia do requerimento pela posição especial que elle, orador, occupa em relação a semelhante negocio, no qual se honra muito de ter tomado a iniciativa.

Leu o requerimento que é do teor seguinte:

«Requerio se peça ao governo que, com urgencia, remetta a esta camara o relatório da commissão de inquerito nomeada para examinar o estado do hospital de S. José de Lisboa.»

Camara dos pares do reino, em 30 de março de 1860.—Marquez de Vallada.

O sr. Marquez de Loulé:—pediu licença ao sr. presidente para lhe observar que, visto ter tido a bondade de dar para ordem do dia da primeira sessão a nomeação da commissão proposta por elle orador, bom seria se fixasse já o numero de que se ha de compor.

O sr. Presidente:—consultou a camara se a commissão devia ser de cinco membros ou de sete.

Decidiu-se que seja de cinco.

O sr. Izidoro Guedes:—pediu a palavra para expor que, tendo mandado pedir á secretaria um exemplar do regimento da camara, se respondera que não havia. Presuppõe que não se tem mandado re-imprimir á espera de que se coordene uma reforma do mesmo regimento para o que já ha algumas disposições novas, e uma commissão encarregada de propor o mais que a experiencia tiver mostrado ser conveniente. No entanto que não chega essa occasião parece ao orador que se podia imprimir de novo o que existe como lei reguladora dos trabalhos da camara, e de que todos precisam ter conhecimento com um exemplar a que de momento se possa recorrer. É uma despesa insignificante que a camara não porá duvida em que se faça, pela necessidade que ha em quanto se não coordena o novo regimento.

(Entrou o sr. ministro da justiça.)

O sr. Presidente:—declara ao digno par que a reimpresão do regimento não se tem feito em consequencia de haver já bastantes alterações ao antigo, e estar determinado que ainda outras se façam; pelo que a mesa attende na resolução de esperar se conchiuse e coordenasse esse trabalho, para então se fazer uma nova edição. Em quanto ao que existe a mesa dará as providencias, a fim de que, procurando-se melhor, possa encontrar-se algum exemplar que se entregue ao digno par, e a mais algum que faça igual reclamação.

O sr. Izidoro Guedes:—declara estar informado de que já se têm dado ignas casos de se pedir o regimento, e não se encontrar nenhum, senão o que existe na mesa da presidencia. Faz-se, pois, necessaria a reimpresão, e se a mesa se não acha autorizada para a mandar fazer com as alterações que até agora existem, elle, orador, apresentará uma proposta á camara, se bem que julga ser isto negocio que está nas attribuições da mesa (*apoiados*).

Aproveitava a occasião de usar da palavra para lembrar também outro objecto, se bem que elle, orador, seja dos menos interessados, por isso mesmo que poucas vezes tem occasião de fallar n'esta camara. Allude á publicação das sessões, as quaes na verdade perdem todo o valor e interesse apparecendo estampadas no fim de dez, doze, quinze dias, e ás vezes quasi um mez (*apoiados*).

O orador não se queixa dos empregados, não se queixa de pessoas; queixa-se do systema estabelecido n'esta camara. Propõe, portanto, que se tome alguma providencia, que colloque os oradores em situação pelo menos tão vantajosa como na outra camara, e pedirá mesmo que se nomeie para esse fim uma commissão, pois é realmente de primeira necessidade o fazer que, com mais promptidão, se saiba o que se passa aqui, embora venha um discurso menos bem redigido, ou com alguma inexactidão que se corrija depois; que haja, em fim, uma publicação que de interesse a ler-se. Chama, pois, sobre tudo isto a attenção especial da mesa, principalmente pelo que diz respeito á primeira parte para que pedira a palavra.

O sr. Visconde de Alghes:—affirma que, sendo a primeira parte do requerimento do digno par o sr. José Izidoro Guedes uma das attribuições da mesa, não lhe parece objecto de votação da camara, pois a presidencia tomará a tal respeito as providencias necessarias para satisfazer aos desejos do digno par.

Persuade-se o orador que se forem bem procuradas as gavetas das carteiras dos dignos pares fallados, e dos que não comparecem, talvez se encontrem os exemplares de regimentos precisos para os dignos pares que os não têm; mas se ainda assim não houver em quantidade sufficiente, repete não ser necessario votação da camara para se mandar imprimir mais alguns exemplares, e distribuir pelos membros que os pedirem (*apoiados*).

Reportando-se ás expressões do mesmo digno par de que «se não queixava das pessoas, mas do systema estabelecido para a publicação dos extratos das sessões d'esta camara», diria a s. ex.^a que devia queixar-se antes das pessoas, que do systema. Acha-se estatuido que passados quatro dias depois das sessões se publiquem os extratos; e assim, não sendo no dia immediato, como seria para desejar, commutou certo era o praso para o publico poder conhecer o que se passa na camara; mas se tem havido algumas vezes demora de oito, e mais dias, n'esta publicação, não se attribua ella ao systema, mas á falta de entrega dos discursos que alguns oradores, talvez por motivos justificados, não entregam no tempo aprasado.

Acompanha commutido o digno par nos seus desejos, para lembrar ao sr. presidente que o extrato das sessões se publique com a promptidão estabelecida, e se cumpra o determinado a tal respeito (*apoiados*).

Tratando ainda do regimento da camara, acrescentou o orador, que elle carece de muitas disposições que se lhe devem adicionar, pois lhe faltam necessarias prescripções sobre diversos objectos. Entre outros lembra o modo por que se devem tratar as interpellações, pois não ha uma regra fixa para a sua discussão (*apoiados*).

Expoz que ha muito tempo foi nomeada uma commissão especial, para, conjuntamente com a mesa, tratar da reforma do regimento, adoptando as providencias necessarias para a sua alteração, pois que pela forma em que estão estabelecidas algumas disposições e pela falta de outras não se pôde regular a boa direcção das discussões; e como membro d'essa commissão podia dizer que se reuniu diferentes vezes para tratar d'este importante negocio, e em uma das conferencias que por este motivo teve lugar em casa do ultimo presidente, o em.^{mo} sr. cardeal Henriques de Carvalho, de saudosa memoria, se tomaram apontamentos do que se devia fazer. Estes papeis foram guardados por um digno par, que então desempenhava as funções de primeiro secretario da mesa, e que hoje se acha fóra da capital, em localidade bem distante, por causa de serviço publico. Se taes esclarecimentos pois não existem na secretaria da camara, a commissão deve reunir-se para se occupar d'este objecto, e confeccionar o regimento de modo que comprehenda todas as modificações e alterações que n'elle se devem fazer, a fim de competentemente se fazer imprimir (*apoiados*).

Concluiu repetindo que visto querer um digno par um exemplar do regimento como está concebido, o sr. presidente pôde adoptar as providencias necessarias para lho ministrar, assim como a qualquer outro digno par de d'elle carega, sem para isso ser necessario votação da camara (*apoiados*).

O sr. J. Izidoro Guedes:—concorda com o que acabava de dizer o seu nobre amigo, o sr. visconde de Alghes, porque explicou bem qual o systema que se tinha adoptado para a mais breve publicação dos extratos das sessões d'esta camara; porém elle, orador, deseja, sendo possivel, que o respectivo extracto apparecesse no *Diário* logo no dia immediato á sessão, porque, ainda que o espaço de quatro dias seja pequeno, só quem tem interesse por alguma circumstancia, ou para ler algum discurso mais importante, é que lança os olhos sobre o extracto das sessões. Deseja que o publico saiba com mais brevidade o que se passa n'esta camara, e por isso apresenta aquella sua indicação.

O sr. Visconde de Alghes:—apresentando mais esclarecimentos sobre o assumpto, disse que o digno par o sr. José Izidoro Guedes se expressára de tal forma porque em razão de suas frequentes ausencias de Lisboa, ou por negocios urgentes que o inibem de frequentar mais assiduamente esta camara, não assistiu ás sessões em que se tratou da possibilidade da publicação do extracto das sessões no dia immediato, e se reconheceu necessario para isso que o systema tachygraphico d'esta camara fosse estabelecido por modo que o não está; pois que se na dos srs. deputados o extracto se publica logo no dia immediato, também é certo que ali o pessoal é muito maior, e está dotado e estabelecido de modo muito differente; ao passo que n'esta casa é limitado o numero dos tachygraphs, e pouco dotados, e sem proporcionada recompensa os encarregados do trabalho da publicação das sessões. A verba applicada para tal fim na outra camara é dupla da empregada n'esta (*apoiados*).

Repete que o digno par deve dar-se por satisfeito, como elle orador se dará, se no espaço de quatro dias se publicarem os discursos dos oradores, com as correções feitas pelos seus auctores. Se acaso o requerimento do digno par fosse deferido, elle proprio seria o primeiro que na sessão immediata viria exigir, em vista das muitas incorrecções que encontraria nos seus discursos, que não continuasse a pratica da publicação do extracto no dia immediato á sessão. Adduziu-se o exemplo da outra camara; mas elle repetiu o que n'aquelle mesma manhã ouvira a tal respeito, apesar de ali estar a tachygraphia muito bem estabelecida, e dotado o respectivo serviço com muitos bons vencimentos e garantias. Um sr. deputado pegando no *Diário de Lisboa*, e vendo o extracto da sessão da vespera, disse: «Aqui está um discurso de f... que vem muito alterado e imperfeito, lendo-se n'elle cousas que não se disseram, e faltando lhe algumas essencias.» Isto succede (exclamou o orador) com um serviço tachygraphico e de publicação, que está mais bem montado, e até aconterá ali qualquer inexactidão, porque nem sempre o socego e silencio será tal, que deixe livre ao tachygrapho o uso da sua arte.

Aqui não se pôde satisfazer a este penoso serviço, porque com quanto sejam benemeritos os empregados da tachygraphia, são poucos, e mal recompensados.

É portanto necessario estabelecer tal serviço n'esta camara em numero sufficiente e com maiores vencimentos. Já se tratou d'este objecto com o governo em outra occasião; e o sr. ministro do reino disse que estava prompto a occupar-se d'este assumpto de accordo com o sr. presidente da camara, e dar as necessarias providencias para o corpo tachygraphico ficar organizado como o deve ser. Uma das providencias que convem adoptar é pôr em exercicio a respectiva aula de tachygraphia; e aqui nota o orador que está votada uma verba para o lente, que sempre foi o chefe da repartição tachygraphica d'esta camara; sendo, contudo, certo que tal cadeira não existe actualmente em exercicio, posto que já n'esta camara se houvesse tomado uma resolução para que ella funcionasse. Votada tal verba, que não tem a necessaria e devida applicação, ha realmente uma economia, mas que dá em resultado um grande prejuizo de serviço, por falta de estímulo aos empregados que existem, e de habilitação a outros que se queiram applicar a esta arte tão difficil como necessaria.

Taes eram as explicações que o orador entendeu devia dar ao digno par, em vista da boa fé com que s. ex.^a fez as suas reflexões sobre o assumpto, não se lembrando seguramente de que esta materia se tratára na sessão do anno passado, faltando agora sómente que a commissão do regimento, e o sr. ministro do reino, combinem o modo de chegar satisfatoriamente a um resultado (*apoiados*).

O sr. Presidente:—declara ao digno par que as ordens da camara, a este respeito, têm sido religiosamente respeitadas. Quando tem decorrido o praso, ou o par apresenta o seu discurso corrigido, ou deixa de o apresentar; se o apresenta, imprime-se esse discurso, se o não apresenta ha duas alternativas, ou trata-se do extracto, ou trata-se de pôr pontos; porém pondo-se os pontos resultava o inconveniente de que muitas vezes apparecia a resposta sem a respectiva pergunta (*apoiados*). Portanto, assentou-se ultimamente que se o digno par não devolve o seu discurso se publique um resumo do extracto.

O sr. J. I. Guedes:—expoz ter principiado o seu discurso pela declaração de ser a pessoa menos competente para fallar n'este assumpto, porque muito poucas vezes toma parte nas discussões d'esta camara, devendo assim parecer estranho que seja elle orador quem provoque mais promptidão na publicação dos discursos, mas declara que se o faz é pelo desejo sincero de que esta camara seja apreciada lá fóra (*apoiados*), e estar persuadido de ser alguma cousa contrario á importancia d'ella que as suas sessões se publiquem tão tarde. Foi por isto

que, sem ir procurar muito a causa do mal, julgou que devia chamar a attenção da camara sobre este objecto (*apoiados*).

Declara que não teve a mais leve idéa de fazer censura a ninguém, e tanto assim que começou por dizer que lhe parecia ser tal falta mais do systema do que das pessoas. O digno par o sr. visconde de Alghes acabava de o esclarecer muito bem sobre o assumpto, expondo que a tachygraphia não está montada como devia estar, assim como se não tem tratado também, por principio economico, de collocar este serviço no ponto em que se deve estabelecer. Isto mesmo comprova a asserção d'elle orador, de que as queixas só devem dirigir-se ao systema adoptado, e não aos empregados da tachygraphia, nem ás pessoas que têm responsabilidade na publicação das sessões. Por isso julga urgente alguma providencia que melhore este serviço abreviando a publicação para o paiz conhecer os trabalhos d'esta camara, e devidamente a julgar.

O sr. Presidente:—pede ao digno par que faça alguma indicação sobre o objecto, a fim de se lhe dar o respectivo andamento.

O sr. Izidoro Guedes:—declarou não ter duvida nenhuma de apresentar á camara, em uma das proximas sessões, a proposta para se nomear uma commissão sobre este objecto (*apoiados*).

O sr. Presidente:—concedeu a palavra ao sr. marquez de Vallada.

O sr. Marquez de Vallada:—pois que presente estava o sr. ministro da justiça, julga do seu dever o cumprir a sua promessa, esperando de s. ex.^a cumprir também a que fez n'esta camara, e da qual têm conhecimento não só os dignos pares, mas todo o paiz igualmente.

A camara recordar-se-ia que elle, orador, perguntára ao sr. ministro da justiça n'uma das sessões passadas, se sabia da existencia de uma carta que vinha publicada num jornal que lhe fóra remettido, e da qual fez leitura n'essa occasião, e que era do juiz de direito de Felgueiras. A camara sabe também que n'essa occasião se levantou o digno par o sr. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, e declarou ser elle que a tinha escripta. As palavras que s. ex.^a então proferiu hão de ficar consignadas na historia parlamentar, como um escandalo. Não podia elle, orador, pois, ficar calado, mas devia esperar a chegada official d'essa carta. É verdade que sabia que o sr. ministro da justiça tinha uma copia d'essa carta, porém como ignorava se essa copia era authentica, não podia ir mais á frente. Consta-lhe porém que s. ex.^a já tinha uma copia authentica da carta, e que esse documento estava já n'esta camara.

Antes porém de proseguir perguntava ao sr. presidente se essa copia se achava sobre a mesa?

O sr. Presidente:—respondeu ao digno par que estava na secretaria.

O sr. Marquez de Vallada:—pediu então á presidencia que desse as suas ordens para que esse documento fosse presente a elle orador.

O sr. Secretario:—expoz que na sessão anterior fizera leitura do officio do sr. ministro da justiça, com o qual remetia a copia da carta a que alludia o digno par, e ficaram sobre a mesa esses documentos, que se devolviam á secretaria.

O sr. Marquez de Vallada:—continuu dizendo que, como na sessão passada não se pôde tratar esse negocio por não estar então presente o sr. ministro, rogava n'esta occasião ao sr. presidente mandasse vir da secretaria esses documentos, e elle, orador, aguardaria a chegada d'elles para continuar o que tinha a dizer.

(Pausa.)

O sr. Secretario:—fez a leitura do officio de remessa: e foi remetida a copia da carta para a mão do digno par o sr. marquez de Vallada, a qual vem transcripta num jornal.

O sr. Marquez de Vallada:—passou a ler o jornal em que vem a carta em questão, e depois continuou pedindo á camara que tome nota das ultimas palavras que se acham na dita carta. Escusado lhe era referir qual a impressão desagradavel que este documento tem produzido em toda a capital, documento que é uma especie de codigo, mas um codigo de nova especie. Consta-lhe que o sr. ministro da justiça impressionado, como todos estão, mas ainda mais impressionado pelo lado do dever que o obriga a tomar conhecimento d'este negocio, tomára as convenientes medidas, e seguramente continuará a proceder como convem e pode este assumpto, e elle, orador, assim espera de s. ex.^a, declarando-lhe desde já que não ha de desamparar nem esquecer-se de li-o lembrar, não só por honra d'elle, digno par, mas sobre tudo por honra da camara dos dignos pares do reino.

Pede, pois, ao sr. ministro que tenha a bondade de lhe dizer, se já mandou consultar o procurador geral da coroa para saber se ha base para ser accusado o digno par o sr. Ferrão?

Dirá por esta occasião ser publico, que este digno par acaba de ser prohibido de entrar no paço, e que o sr. duque de Saldanha, mordomo-mór, fura quem por ordem de Sua Magestade El-Rei lhe fizera essa intimação de prohibição até que se justifique. Este passo dado por esse homem honrado e illustre, como é o nosso monarcha, não pôde deixar de ser levado em conta por todos os que presam a honra, porque é um facto grave, e que talvez se não desse até agora entre nós.

É preciso, pois, que o sr. ministro da justiça não pare n'este negocio, nem pare também sobre o da moeda falsa, que com relação a ambos se ande por diante, e se não lance peira sobre esta nação. Dirá igualmente por esta occasião, que reconhece haver na classe da magistratura caracteres dignissimos; mas também sabe que n'essa classe ha caracteres dos quaes o sr. ministro da justiça, por bem d'essa classe e por honra do paiz, deve purgar a sociedade; porque esses taes homens são sanguessugas que não têm em vista a honra, o direito, e a justiça; mas têm sim em vista sómente os presentes que recebem das partes, como é voz publica.

Já n'esta sessão elle, orador, annunciou uma interpellação ao sr. ministro do reino, e quando ella se verificar terá de dizer algumas verdades muito amargas. S. ex.^a ouvi-lo ha referir quaes são os fins de certas sociedades que ha n'esta capital, todas ellas tendo em vista o roubo. O caso de que elle, orador, se ha occupado com relação ao digno par o sr. Ferrão, é gravissimo, e todos sabem que o sr. ministro da justiça é completamente extranho e alheio a tal negocio: sabe-se commutido que aquelles homens abusando da boa fé de alguns dos srs. ministros, conseguiram que tomassem parte activa n'este negocio; e promessas se fizeram em nome de alguns dos srs. ministros para se conseguir o que se queria relativamente á ultima eleição para deputados. Está conscio do que diz, e está prompto a responder pelo que affirma, porque só o faz em vista de provas.

Ha uns poucos de homens a que elle, orador, chama *traficantes* (expressão que é portugueza, motivo por que usa d'ella), que costumam rodear os homens importantes, e que muitas vezes procuram illudir a sua boa fé. É preciso, pois, que esses individuos sejam cautelosos, e que tratem de examinar quem são as pessoas que os rodeiam e os illudem quando o podem conseguir, para que d'elles se afastem.

Ha empenhos para que certos homens se caleem sobre estes negocios, mas, elle orador, não ha de calar-se; ha de arrancar a mascara da frente a esses indignos que traficam com a honra e fazenda

dos seus concidãos, ou aliás ha de ser convencido de calumniador.

O sr. ministro da justiça diz que ha um duello de morte entre elle e os modeiros falsos; e elle, digno par declara que o ha entre elle, orador, e os traficantes; e isto o diz de fronte erguida, porque não tem receio de que possam lançar a mais pequena suspeita sobre o seu caracter, e diz também sem receio de ser desmentido que o redactor de certo jornal d'esta cidade, um dos que mais o tem agredido encontrando-se com o digno par uma vez lhe dissera: o que é verdade é que, contra a sua pessoa podemos empregar todas as armas de que nos servimos no campo da politica, mas de outras não nos dá occasião a que nos possamos servir. Consequentemente feitas estas declarações, o que o orador deseja se saiba é que nunca ha de abandonar este negocio, já na tribuna, já mesmo na imprensa, em fim em toda a parte e por todos os modos: certo, é necessario descobrir todo este trama e tirar a mascara aos traficantes de gravata lavada, que ás vezes se disfarçam com uma commenda, e que entrando nas sociedades secretas, tratam por esse modo de adquirir relações que lhe sirvam de protecção. Esse traficante, por exemplo, que ha pouco foi preso, e que mais se desgraçou attentando contra a sua existencia, D. Francisco de Judicibus, quando a policia foi a sua casa achou-lhe uma grande quantidade de sellos maçonicos com que fazia negocio!

Sente o orador que não esteja presente o sr. conde de Paraty, para aproveitar a occasião de lhe dar muitos louvores pelos serviços que ultimamente tem feito.

Deve também n'esta occasião fazer justiça, dizendo que ha muitos que pertencem a essas sociedades mágicas, que são homens incapazes de commetterem actos deshonrosos; se, elle orador, lhes faz opposição é por pertencem a semelhantes sociedades occultas, mas é commutido bastante cavalheiro para acreditar que não têm relações com os traficantes, mas é que estes abusam da boa fé d'aquelles, intrometendo-se n'essas mesmas sociedades, para ver se trafica com mais alguma segurança.

Diz igualmente ao sr. ministro das justicias, que se acaba de inaugurar uma nova maçonaria, e que á frente d'ella está um homem accusado de malversações.

Isto é já publico, e, elle orador, ha de chamar a attenção de s. ex.^a sobre isto, porque lhe cumpre proceder. Até houve um periodico que publicou os festejos que se fizeram ha pouco n'essa sociedade secreta.

(Entrou o sr. ministro do reino.)

O orador declara estimar muito a chegada do sr. ministro dos negocios do reino, para directamente dizer a s. ex.^a que ha de chamar a sua attenção sobre o principio de associação; ha de querer saber se é apenas lícito associarem-se os que traficam com a fortuna e com a honra dos outros, e se sómente ha impedimentos para quando se trata de associações religiosas. Os outros podem-se associar; deitavos, uns são pobres desgraçados, outros não o são, mas em fim não se lhe pôde provar; e alguns são d'aquelles que n'outro tempo faziam toda a casta de accusação a certos caracteres, e depois, quando se lhes pediam as provas, diziam que as não tinham, agora, porém, ha n'isto outra especie de prova.

Continua pedindo ao sr. ministro da justiça que existem estas associações, que n'ellas se acham varios destes homens implicados n'este infame trafico; e não só os da moeda falsa, ha outros mais também muito prejudiciaes para a sociedade, e os srs. ministros tem obrigação de se occuparem d'estes negocios, sob pena de se dizer, se não com verdade, talvez com verosimilhança que s. ex.^a protegem semelhantes homens indignamente. Aguarda a resposta do sr. ministro da justiça, e resumindo diz, que s. ex.^a tem de lhe responder ao seguinte: se já mandou consultar o procurador geral da coroa, e qual foi a resposta que este deu, bem como o procedimento que s. ex.^a tencionava seguir, no caso que algumas pessoas prevêm de não haver base para a accusação. O governo não tem sempre obrigação de seguir os conselhos que lhe derem. Espera que s. ex.^a lhe responda em termos categoricos e claros, sem diplomacia.

Conclue pedindo licença para dizer algumas palavras em assumpto diverso, referindo-se ao sr. duque da Terceira: consta-lhe que na camara dos srs. deputados se apresentou já, ou está para se apresentar pelo sr. José Esteves, uma proposta pedindo uma pensão para a viuva do sr. conde das Antas. Elle, orador, não pertence á nobre classe militar, nem teve a fortuna de testemunhar os serviços do sr. conde das Antas nas lutas em que tomou parte, e em que mostrou ser militar valente, defensor da legitimidade do senhor D. Pedro V, defendendo o throno de sua augusta mãe. Todos o conheciam, embora não concordassem com elle em certos pontos de politica, sabem que foi um militar distinto. (O sr. Duque da Terceira e o sr. Visconde de Athoia:—apoiado.) A viuva do sr. conde das Antas teve também em seu pae um militar distinto de quem elle, orador, sabe que era um excellent official de marinha o sr. Gualdino José da Guerra (*apoiados*). É de parecer portanto que na pensão que se der também se deve attender aos serviços de seu pae. Acrescentará mais, que o sr. conde das Antas deixou dois filhos. (O sr. Visconde de Athoia:—pediu a palavra.) O orador presuppõe que o digno par pedira a palavra para ir de accordo. (O sr. Visconde de Athoia:—de certo.) Continua pedindo, dizendo que a pensão não pôde deixar de ser concedida de modo que também fiquem attendidos os filhos. Espera pois que o nobre duque da Terceira, como um dos generaes distinctissimos do nosso exercito, como um dos defensores dedicados do throno do nosso amado soberano o senhor D. Pedro V, não deixará de apoiar os votos d'elle, orador, sobre tal pensão (*apoiados*).

Conclue dizendo que aguarda a resposta do sr. ministro da justiça.

O sr. Visconde de Balsemão:—sente tomar a palavra n'esta occasião, entretanto não pôde deixar de fazer uma pergunta ao sr. marquez de Vallada. Que somas são relativamente ao par de quem se trata, exclamou o orador? Somos seus collegas, talvez ainda seus juizes; pergunta pois se pôde esta camara prevenir já o seu juizo sobre uma questão relativa a um digno par que neminda está accusado? Onde levaria tal procedimento? Levaria ao que se passou na convenção nacional em que aquelle tribunal se tornou accusador publico e juiz ao mesmo tempo. Entende pois que esta camara não deve tomar semelhante feição (*apoiados*).

O orador declara partilhar das idéas do sr. marquez de Vallada, mas não convem nos meios; também deseja ver acabada no paiz a corrupção; faz esta declaração sincera, muito positiva e bem solemne, á camara dos dignos pares, por isso que é o primeiro tribunal do reino, cumpre-lhe ser muito circumspecta, principalmente quando se trata de um caso d'estes em que pôde vir a ter que julgar um dos seus membros; mas o processo de mais a mais ainda aqui não chegou, e não se sabe mesmo se se instaura. Pois então, exclama o orador, como se pôde pedir ao sr. ministro da justiça que diga já qual é a opinião do procurador geral da coroa a este respeito? Se o processo se instaurar, quando elle chegar a esta camara, então se saberá: até ali é extemporaneo. Não queiram os dignos pares ser accusadores e juizes; observem o exemplo da camara dos pares em Inglaterra, onde uma censura

que possa importar uma accusação não é admittida, não se trata d'ella, por isso que a camara, como tribunal, tem de ser juiz.

O orador não quer pois prevenir a sua opinião sobre a questão de que ora se trata; não louva nem condemna; quer primeiramente as provas para depois se decidir. Entende que esta camara deve ser a primeira a respeitar a lei sem lhe importar a opinião antes de estar convencida da justiça d'ella, pois todos sabem que a opinião é como a torrente que vae arrastada hoje n'um sentido e amanhã n'outro (*apoiados*). A camara deve ter toda a firmeza em considerar a questão com frialidade para bem cumprir o seu dever.

Por consequencia aguarda as explicações do nobre ministro, mas presuppõe que se não pôde compellir s. ex.^a a dizer aquillo que as conveniencias aconselham que não diga por em quanto. Qualquer que seja a resposta do sr. ministro julga elle, digno par, que o resultado d'esta interpellação é estéril, e devia a camara d'aquillo que rigorosamente lhe cumpre praticar. Por tanto o que pede n'estas circumstancias é que depois de ouvidas as explicações que der o sr. ministro da justiça a camara sobreesteja n'este negocio, porque assim é que lhe parece que esta camara dá uma prova da sua dignidade, embora a opinião publica lhe não faça justiça, quando o que se quer é ver se as provas que porventura existirem na accusação são ou não procedentes, e se o accusado tem meios de se justificar.

O sr. Ministro da justiça:—principiu expondo que a camara comprehenderia bem que elle, orador, não podia entrar n'este debate, partilhando nem as arguições nem a defeza feitas sobre os pontos que se ventilam; e então historiará sómente a camara o procedimento do governo a este respeito, repetindo o que já havia dito em outra occasião.

Quando teve conhecimento do despacho do juiz de direito de Felgueiras mandou ao dito juiz que informasse no sentido que consta dos papeis que estão n'esta camara. Receberam-se as communicações que constam d'esses mesmos papeis, e foram remetidas ao procurador geral da coroa, que responderá como entender de justiça, porque elle é o chefe do ministerio publico, e a quem compete dirigir a accusação se tiver de existir, ou declarar que não ha nenhuma base para isso (*apoiados*). Fóra do ministerio publico não ha mais ninguém que possa resolver esta questão, porque elle é a unica autoridade pela qual o governo se pôde esclarecer a tal respeito, e elle, orador, não pôde de forma alguma prevenir a opinião d'aquelle magistrado, nem também prevenir a camara, porque não sabe qual será o resultado d'este negocio. Com esta resposta julga que satisfaz quanto pôde n'esta occasião á pergunta que lhe fez o sr. marquez de Vallada, e nada mais tem a dizer sobre este objecto (*apoiados*).

Não pôde o orador deixar de testemunhar o seu respeito e consideração pelos magistrados portuguezes. (O sr. Marquez de Vallada:—apoiado.) O digno par, o sr. marquez de Vallada, fallou já n'este mesmo sentido, e teve-lhe os elogios que merece a magistratura portugueza; mas como ministro da justiça não pôde igualmente deixar de declarar que tributa o maior respeito e consideração á magistratura portugueza pela sua illustração e imparcialidade, e de si declara que respeita tanto quanto deve uma classe tão illustrada (*apoiados*). Entende que a nossa magistratura não está collocada n'uma posição desvantajosa á face da Europa (*apoiados*), pôde haver n'uma ou outra hypothese defeitos e erros, e podem dar-se alguns actos criminosos, mas esta censura nunca pôde recair sobre uma classe que em Portugal está á altura da sua missão.

O sr. Barão de Porto de Moiz:—Apoiado.

O orador:—continuu expondo que o digno par, o sr. marquez de Vallada, fallando largamente n'esta questão dissera que lhe constava que algum abusando da boa fé dos ministros fizera promessas em nome d'elles. Pôde declarar a s. ex.^a muito categoricamente, que em nome dos ministros não foram feitas promessas de qualidade alguma para determinar a maneira como um juiz possa ou deva julgar n'um processo (O sr. ministro do reino:—apoiado). Pôde declarar ao digno par que da parte do governo não foram feitas promessas de qualidade alguma, que tendessem a apartar qualquer individuo do caminho que deve seguir na senda e cumprimento dos seus deveres. Levada a questão á generalidade que a levou o digno par, cujo aparte acabava de ouvir, assevera-lhe que não ha nenhuma promessa com relação a esta questão, nem outras que toquem em pontos de moralidade publica. Devia fazer esta declaração tanto por si como em nome dos seus collegas, porque falaria o seu dever e a verdade se a não fizesse, o que os seus collegas presentes podiam confirmar (Os srs. Presidente do conselho, e Ministro do reino:—apoiados).

Esquecia-se o orador de narrar um facto que entende n'estas circumstancias dever dar-lhe publicidade. Vem a ser, que por parte do digno par, o sr. conselheiro Ferrão, lhe foi dirigido um requerimento para que o original da sua carta fosse enviado ao procurador geral da coroa, para ser enviado e seguir os tramites. Da conhecimento á camara d'este acontecimento, porque a declaração que acaba de fazer não prejudica em cousa alguma o segredo da justiça, e completa a historia que apresentou.

Por esta forma tem respondido ás perguntas do sr. marquez de Vallada.

O sr. Presidente:—julga estar de accordo com a camara e o regimento d'ella, entendendo que sobre o negocio que diz respeito ao sr. conselheiro Ferrão, membro d'esta camara, depois das explicações dadas pelo sr. ministro da justiça, deve effectivamente cessar toda a discussão, e então se o digno par o sr. marquez de Vallada, que acabava de pedir a palavra a queria sobre tal assumpto, não lhe concederia sem primeiro consultar a camara.

O sr. Marquez de Vallada:—pediu licença para fazer algumas observações sobre o que s. ex.^a o sr. presidente acabava de dizer á camara. Não deseja fallar com relação ao sr. conselheiro Ferrão, nem para se referir ao sr. ministro da coroa...

O sr. Presidente:—lembrou ao digno par que ainda lhe não havia concedido a palavra.

O orador:—repetiu que a pedia n'aquelle occasião como par do reino para dar uma explicação, ou fallar sobre a proposta que s. ex.^a acabava de fazer á camara.

O sr. Presidente:—consultou a camara se devia dar a palavra ao digno par depois das explicações que deu o sr. ministro da justiça.

Não se venceu.

O sr. Presidente:—fez sentir ao digno par que para tratar da materia sobre que versára a discussão, se resolvesse que se não concedesse a palavra.

O sr. Marquez de Vallada:—pediu a contraprova da votação.

Levou-se a effeito, e confirmou o resultado da votação.

O sr. Presidente:—annunciando este resultado, concedeu então a palavra ao digno par sobre o segundo objecto que havia annunciado.

O sr. Marquez de Vallada:—perguntou qual era esse segundo objecto?

O sr. Presidente:—expoz ser a explicação ao sr. ministro.

cação ao sr. ministro da justiça, que pedira a palavra, mesmo quando s. ex.^a estava falando; e também para alguma coisa dizer sobre o que expozera o sr. visconde de Balsemão, com referência a elle, orador. S. ex.^a não lhe disse nenhuma offensa, mas não é só as offensas que se responde, e então deve fazer algumas observações sobre os argumentos que s. ex.^a apresentou para corroborar o seu discurso.

Dirá ao digno par que a opinião nasce, corre e muda, mas a honra permanece sempre firme. (O sr. visconde de Balsemão—apoiado) As idéas de dignidade, e pundonor que vivifica o coração do christão e do homem de bem em toda a vida, isso ha de existir sempre, nem ha de nunca acabar, mesmo quando se risque do nosso dicionário politico o nome de um par do reino.

Entre os desvarios da opinião, e entre as tendências justas da opinião, ha uma grande diferença, separada por um muro de bronze, e elle orador, já em outra occasião discorreu nesta camara largamente, sobre a obrigação que tinham os ministros de formar o espirito publico, dirigindo a opinião do povo que governavam.

O sr. visconde de Balsemão, que é um homem de honra e probidade, não quer de certo impedir que elle, orador, assim como muitos homens d'este paiz fossem vivamente impressionados por aquelle documento, que acabava de ler. Fora sobre aquelle objecto que n'outra sessão chamára a attenção da camara, e notem o sr. visconde de Balsemão, e o sr. ministro da coroa, que no momento em que chamára a attenção do governo sobre tal negocio, não sabia elle, orador, quem era o individuo de que tratava, mas por já saber hoje que é um par do reino quem escreveu aquella carta a um juiz de direito, não deixava de considerar que era um homem importante, e então qualque censura que quizesse lançar sobre este facto, havia cair sobre o seu autor.

Dirá ao sr. ministro da justiça que elle, orador, não se satisfaz com a sua resposta. Mas parece-lhe que tendo s. ex.^a dito que este negocio estava affecto ao poder judicial, devia contentar-se com esta declaração, com quanto ella não satisfizesse o seu coração de homem particular, porque devia mesmo concorrer para que os bons principios triumphassem, e então devia parar neste ponto, dando-se por satisfeito com os esclarecimentos que o sr. ministro acabava de dar. Portanto, se elle, orador, insistisse agora em fazer outras perguntas a s. ex.^a, podia ir directamente de encontro aos seus desejos; porque estes são, que o sr. ministro da justiça promova o andamento d'este negocio. Se pára porém agora neste ponto não prometia comtudo aos sr. ministros, nem á camara, que depois do que se passar, e do correr do tempo, deixasse de continuar a tratar d'este assumpto.

Presume que o sr. visconde de Balsemão dará razão ás idéas que elle, orador, apresentou; mas como s. ex.^a denominou de escandalosas certas expressões, não em relação ás palavras que elle, orador, tinha proferido, mas sim outro digno par, que não estava presente, esse responderá a s. ex.^a se julgar conveniente; e parece-lhe mesmo que elle não terá muita vontade de ser juiz n'esta questão; em quanto a si declara que, se tiver direito para julgar, em vista da lei, não pôde comtudo ser juiz, porque tem sido accusador, e também fica satisfeito a este respeito. Não pôde admitir porém que um par, entendendo que outro procedeu mal, não tenha direito a pedir ao governo que proceda contra elle, pois julga sempre que sobre um homem de bem não pôde nunca recair a accusação de uma má acção. Declara de aqui por diante continuará na mesma verdade, e quando souber que ha algum escandalo ha de chamar a attenção do governo para proceder como for conveniente.

Reporta-se o orador ás palavras do sr. ministro da justiça quando disse que o governo não tinha feito promessa alguma a respeito d'esta questão. Está persuadido d'isso, mas também está convencido, e sabe de certo que se disse, e está escrevendo, que se prometteu uma carta de um dos sr. ministros para favorecer este negocio; e tanto o sabe de certo que o sr. Fontes d'isto tem conhecimento, pois elle, orador, lh'o disse particularmente.

O sr. ministro do reino:—replica que também asseverou a s. ex.^a não ser isso verdade.

O orador:—testifica que s. ex.^a assim lh'o afirmou; mas por isso mesmo que não era verdade, foi que elle, orador, lh'o disse, porque não podia acreditar em semelhante cousa. Nesta occasião pede a s. ex.^a que acredite também que ha algumas pessoas que o podem comprometter n'este caso, porque se disse mesmo que o sr. ministro do reino havia escrever uma carta de empenho, não diz ao juiz, mas para promover a eleição de um certo individuo, favoravel a certo grupo de pessoas que podiam influir n'este negocio para que se viesse a uma composição. Que elle, orador, viria isso escripto não ha duvida nenhuma; e então serviu-se d'este argumento para pedir aos sr. ministros que tivessem toda a cautella sobre este objecto, porque ha pessoas, que ss. ex.^{as} conhecem, e que estão gravemente interessadas n'este negocio.

Dirá mais, que uma das pessoas, que está também muito interessada n'este negocio, o está igualmente em proteger os *Brandões de Midões*, e sobre isto agora repete ao sr. ministro do reino, que no principio da sessão não esteve presente, que já hoje annunciara uma interpellação.

Termina declarando, que nunca disse que o sr. ministro do reino escrevera ao juiz de direito de Felgueiras, porque mesmo está certo de que s. ex.^a o não conhece.

O sr. ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—como o digno par o sr. marquez de Vallada acaba de fazer uma insinuação que lhe era dirigida, não queria deixar passar esta occasião para declarar solemnemente, que nunca na sua vida escreveu ao juiz de direito de Felgueiras; que não conhece aquelle cavalheiro; e que nunca autorisou pessoa alguma para fazer promessas acerca d'este assumpto em seu nome. Dirá até, que se houver algum documento a tal respeito, que esse documento appareça.

Tendo dado a hora o sr. presidente levantou a presente sessão, determinando que a seguinte tivesse lugar na segunda-feira, 2 de abril, sendo a ordem do dia a que vinha para a presente, e a nomeação da comissão proposta pelo sr. marquez de Loulé.

Eram cinco horas e um quarto da tarde.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 30 de março de 1890

Os sr. visconde de Laborim; duque da Terceira; marquezes de Ficalho, de Loulé, das Minas, de Niza, de Vallada; condes das Alcaçovas, da Arrochella, do Bomfim, de Mello, de Paraty, do Sobral, e de Vímios; viscondes d'Algaes, d'Albuquerque, de Balsemão, de Benagual, de Castro, de Fonte Arcada, da Granja, da Luz, e de Sá da Bandeira; barões da Arruda, de Ancede, do Pernes, e de Porto de Moz; Mello e Saldanha, Joaquim Larcher, Izidoro Guedes, e Brito do Rio.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS
SESSÃO DE 4 DE ABRIL
PRESIDENCIA DO EX.^{MO} SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES
Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 64 sr. deputados.
O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.
Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.^o Do sr. Azevedo e Cunha, de que por motivos justificados não pôde comparecer á sessão do dia 3.^o—*Inteiramente*.

2.^o Do sr. Gouveia Osorio, de que não compareceu á sessão de hontem por motivo justificado.—*Inteiramente*.

3.^o Do mesmo sr. deputado, de que o sr. Pequeto não comparece á sessão de hoje, e talvez a mais algumas, por motivo justificado.—*Inteiramente*.

4.^o Do sr. Santos Lessa, de que o sr. Pinto Carneiro não assistiu á sessão de hontem nem assiste á de hoje, por incommodo de saude.—*Inteiramente*.

CORRESPONDENCIA

1.^o Um officio do sr. Rebello da Silva, participando que por incommodo de saude não pôde comparecer á sessão de hoje, e a mais algumas.—*Inteiramente*.

2.^o Do ministerio da marinha, acompanhando doze cópias das consultas do conselho ultramarino, que serviram de base ás diferentes medidas legislativas promulgadas por este ministerio durante o intervalo da ultima sessão.—*A comissão do ultramar.*

3.^o Do ministerio das obras publicas, acompanhando os esclarecimentos pedidos pelo sr. Silva Cabral, relativos ao fornecimento de madeiras á companhia dos caminhos de ferro do sul.—*Para a secretaria.*

4.^o Uma representação da camara municipal de Silves, pedindo que seja alterada a directriz da estrada litoral de Lagos a Villa Real de Santo Antonio.—*A comissão de obras publicas.*

Tem segunda leitura as seguintes propostas:

1.^o Renova a iniciativa do projecto de lei n.º 7-0, da sessão de 1887, sobre foras, e requiro seja enviado á comissão respectiva.—*Agostinho Cancellia. A comissão de foras.*

2.^o Renova a iniciativa do projecto de lei n.º 22 da comissão de organização e administração militar de 28 de janeiro de 1888 (hoje na comissão de guerra), a fim de ser o governo autorizado a reintegrar no posto de tenente do exercito a João Pereira de Barros, que pediu, e obteve a sua exoneração por decreto de 5 de abril de 1889, e para entrar em effectivo serviço, e não addido a corpo algum de veteranos, como declara o pretendente no requerimento que mandou para a mesa, junto com esta renovação de iniciativa.—*O deputado por Braga, Custodio de Faria.*

3.^o Proponho que a camara permita, que o sr. deputado Filipe Folque possa accumular, querendo, as funções que exerce nesta casa com as de director do observatorio de marinha.—*Fontes.*

Admittida e approvada.

Também têm segunda leitura as seguintes propostas:

1.^o Do sr. ministro da guerra, fixando a força militar do exercito para o anno de 1890.—*A comissão de guerra.*

2.^o Do sr. ministro da marinha, para se abrir um credito extraordinario a favor do ministerio da marinha até á somma de 233:558\$649 réis, para pagamento da despesa excedente ao credito de réis 800:000\$000, votado ao mesmo ministerio pela lei de 30 de junho de 1887.—*A comissão de fazenda.*

3.^o Do sr. ministro do reino, renovando as seguintes propostas de lei:

I Para serem declaradas de utilidade publica as expropriações que a camara municipal de Lisboa requer para aformoseamento da capital. Apresentada na sessão de 20 de abril de 1889.—*A comissão de legislação.*

II Para ser autorisada a camara municipal de Santo Thyrso a contrahir um emprestimo para diversas obras de interesse publico. Mencionada na sessão de 24 de maio de 1889.—*A comissão de administração publica.*

III Para ser autorisada a camara municipal de Anadia a contrahir um emprestimo para ser applicado á construcção de uma estrada. Mencionada na sessão de 24 de maio de 1889.—*A comissão de administração publica.*

IV Para ser approvada a pensão concedida a D. Clementina Auréa Ferreira da Costa, viuva de Miguel Ferreira da Costa, official maior e director da secretaria da camara dos sr. deputados. Apresentada em sessão de 26 de fevereiro de 1889.—*A comissão de fazenda.*

V Para ser approvada a pensão concedida a D. Maria Emilia de Moraes Marques, filha do fallecido conselheiro Gaspar Feliciano de Moraes, official maior effectivo da secretaria d'estado dos negocios do reino. Apresentada em sessão de 26 de fevereiro de 1889.—*A comissão de fazenda.*

VI Para ser approvada a pensão concedida a D. Maria José Borges da Silveira e Almeida, viuva do conselheiro official maior graduado da secretaria d'estado dos negocios do reino, Guilherme Francisco de Almeida e Silva. Idem.—*A comissão de fazenda.*

VII Para ser approvada a pensão concedida a D. Marianna do Carmo Vieira de Abreu, filha do fallecido brigadeiro graduado, Joaquim Vieira de Abreu, governador da capitania de Benguela e das ilhas de S. Thomé e Príncipe. Idem.—*A comissão de fazenda.*

VIII Para ser concedida a gratificação annual de 90\$000 réis a cada um dos dois officiaes ordinarios, que, na secretaria do tribunal do conselho d'estado, servem de chefes de repartição. Apresentada em sessão de 26 de fevereiro de 1889.—*A comissão de fazenda.*

Lê-se na mesa também uma proposta do sr. Afonso Botelho, contendo algumas providencias para regular a habilitação para as fabricas de aguardente.

A requerimento do sr. Mello Soares fica reservada para quando estiver presente o seu autor.

Igualmente tem segunda leitura a seguinte proposta:

«Proponho, que o projecto do governo para a redução dos direitos de aguardente seja remetido á comissão de vinhos, para a este respeito ser ouvido o seu parecer.»—*Domingos de Barros Teixeira da Motta.*

O sr. Azevedo Pinto:—não só vota pelo requerimento, mas manda um additamento para a mesa, para que seja enviada a comissão de agricultura.

Este objecto não se deve só considerar pelo lado fiscal, é preciso considerá-lo também pelo lado commercial e agrícola: e por consequencia manda para a mesa o seguinte additamento:

«Requiro que sobre o parecer n.º 17 seja ouvida também a comissão de agricultura.»—*Azevedo Pinto.*

O sr. Presidente:—isto que agora se pede é caso novo; quando entrar em discussão o projecto n.º 17, podem n'essa occasião os illustres deputados fazer as propostas que entenderem convenientes, tudo o mais é perder tempo.

A proposta do sr. Domingos de Barros é admittida á discussão, assim como o additamento do sr. Azevedo Pinto.

O sr. Moraes Carvalho:—quando o governo apresentou esta proposta foi mandada á comissão das pautas, era então occasião opportuna para qualquer sr. deputado pedir que fosse ouvida qualquer comissão; mas depois que a comissão deu o seu parecer, e que se mandou imprimir, entendo que a proposta do illustre deputado não pôde ser admittida, e com isto não fica de modo nenhum prejudi-

cado o seu direito, porque, quando o projecto entrar em discussão, pode pedir que sejam ouvidas as comissões que entender.

O sr. Domingos de Barros:—a sua proposta foi apresentada primeiro que o parecer da comissão de pautas; nem estava impresso, nem se tinha mandado distribuir; esse esta razão colhe para ser approvada, pugna por ella; se não colhe o o regimento o veda, subscrovo-se ás leis da casa.

O sr. D. Rodrigo de Menezes:—impugna a proposta pela boa ordem dos trabalhos da casa. O illustre autor da proposta consegue o mesmo fim pela maneira que acaba de indicar o sr. Moraes Carvalho. Se este precedente de adiar as questões antes de começar a discussão se estabelece, não avançamos nada; o illustre deputado tem os meios que lhe faculta, não só o regimento, mas as praticas da casa, quando entrar em discussão este parecer, de apresentar as propostas que entender justas.

O sr. Antonio Feio:—entende que é sempre occasião de pedir que um ou outro projecto vá a uma comissão para que se possa esclarecer, e muito principalmente para um objecto tão momentoso como é o legislar sobre vinhos: as comissões de agricultura e de vinhos são de certo as competentes para tratar d'este objecto, e por isso acha de absoluta necessidade que ellas sejam ouvidas sobre este importante assumpto.

O sr. Presidente:—entende que a proposta nos termos em que está concebida está prejudicada pelo facto da apresentação do parecer da comissão de pautas, porque hoje, depois da comissão de pautas ter dado um parecer, já não ha proposta do governo para se mandar á comissão; porém, fazendo-se uma proposta em outros termos, dar-lhe-ha seguimento.

O sr. Mello Soares:—se se tratasse de discutir um parecer dado pela comissão das pautas, e as de vinhos e agricultura entendessem que este parecer não tinha atingido o seu verdadeiro fim, que se não tinham considerado os verdadeiros interesses do paiz, era o primeiro que votava por um e muitos adiantados; mas aqui trata-se de uma cousa inteiramente diversa, isto é, pretende-se a inversão completa das praticas da casa. A comissão das pautas confeccionou o seu parecer sobre a proposta do governo, e mandou-o para a mesa; e o illustre deputado, desconhecendo o facto da apresentação do parecer, apresentou o seu requerimento. Entende que elle não pôde ser admittido, e quando vier á discussão o projecto, é essa a occasião propria de se fazerem as propostas que se julgarem convenientes.

O sr. Pinto Coelho:—entende que cada deputado tem direito, logo que qualquer projecto se apresenta, de pedir que vá a trinta comissões, se as houver, e o mesmo direito tem quando o projecto já está distribuido, ou no tempo que media entre a sua apresentação e a discussão. O ir qualquer projecto a mais de uma comissão, significa que elle deve ser encarado debaixo de diferentes relações especiaes; e estando n'este caso aquelle de que se trata, vai mandar uma proposta para a mesa, para que volte á comissão de pautas, a fim de ouvir as comissões de vinhos e de agricultura.

O sr. D. José de Alarcão:—propõe que o projecto não seja dado para ordem do dia, sem primeiro serem consultadas acerca d'elle as comissões de vinhos e de agricultura.

O sr. Presidente:—a discussão não tem base, porque a proposta refere-se ao projecto do governo, que já desapareceu; e, na conformidade do regimento, não pôde consentir que continue uma discussão sem base, salvo se o sr. Pinto Coelho mandar para a mesa a proposta que indicou.

O sr. Pinto Coelho:—declara que vai escrever a sua proposta.

O sr. Thiago Hortá:—faz justiça aos auctores da proposta: não supõe que quizessem offender a comissão das pautas, mas vai-se por um caminho erradado. Sendo ouvidas tres comissões sobre o projecto, o resultado será haver tres pareceres, e depois haver difficuldade sobre a qual d'elles se ha de dar preferencia para a discussão. O que se poderia ter feito, era pedir que sobre o projecto também fossem ouvidas as comissões de agricultura e de vinhos; mas isto só pôde hoje ter lugar por meio de um adiantado, e, na sua opinião, n'este momento não ha nada a decidir.

O sr. Domingos de Barros:—a sua proposta foi apresentada antes de ir para a mesa o parecer da comissão, logo era concebida nos devidos termos, referendo-se ao projecto do governo, e não ao parecer da comissão, que ainda não existia. Não foi seu animo infligir censura aos membros da comissão de pautas, respeita-os muito, como respeita todos os membros da camara, nem mesmo sabe quem elles são.

O sr. Gouveia Osorio:—a comissão de pautas não se oppõe, nem se oppõe, a que sejam ouvidas outras comissões; ella cumpriu o dever que lhe foi imposto de dar parecer sobre o projecto do governo, e não lhe foi ordenado que ouvisse mais alguma comissão. Longe de tratar o negocio de leve, como pareceu inculcar-se, a comissão tratou-o com toda a circumspecção e os seus membros não têm menos interesse pela agricultura que o sr. deputado a que allude; também n'ella ha lavradores que não terão grandes conhecimentos sobre materias agrícolas, mas têm do certo muito a peito que os interesses da agricultura se mantenhão.

O sr. Pinto Coelho:—manda para a mesa a seguinte proposta:

«Proponho que o projecto do governo para a diminuição dos direitos da aguardente volte á comissão de pautas, para que, ouvindo as comissões de agricultura e de vinhos, revogue ou confirme o seu parecer.»

O sr. Presidente:—o que hoje está sujeito á discussão da camara não é o projecto do governo, mas sim o da comissão, por consequencia o requerimento do sr. deputado está nos mesmos termos da primitiva proposta, e do mesmo modo não ha base para a discussão.

O sr. Pinto Coelho:—a mesa não pôde deixar de submeter á admisión da camara qualquer proposta que se apresente. Todos os deputados têm direito de fazer propostas, a camara pôde rejeita-las, mas a mesa é que o não pôde fazer, ha de submete-las á decisão da camara.

O sr. Presidente:—o regimento dá á presidencia o direito de evitar qualquer discussão, quando para ella não ha base. Já tinha dito ao auctor da primeira proposta, que, nos termos em que estava redigida, não offerecia base para a discussão, por isso mesmo que o projecto do governo, a que se referia, já não existia, estava refundido no projecto da comissão; e referendo-se a proposta do sr. Pinto Coelho também ao projecto do governo, não houve novidade da sua parte, declarando que do mesmo modo não ha via base para a discussão. Não duvida porém submeter á resolução da camara a proposta, e ella que resolve como entender; mas quer que se acredite que a mesa só procura cumprir o seu dever (apoiados).

E pois que ouvirá um sr. deputado expressões por ventura mal cabidas, observa a esse sr. deputado, que elle não entende melhor os seus deveres do que a mesa, que pôde errar, mas a sua intenção não é de certo ferir os direitos dos sr. deputados, nem faltar á consideração que lhes é devida (muitos apoiados).

O sr. Pinto Coelho:—acredita completamente nas boas intenções da mesa, mas entende que não ha infracção do regimento, nem mesmo dos estilos da casa, no modo por que está redigida a sua proposta.

Consultada a camara sobre se admittia á discussão a proposta do sr. Pinto Coelho, decide affirmativamente.

O sr. Plácido de Abreu:—parece-lhe que, quando um deputado apresenta uma proposta, é de dever da mesa submete-la á deliberação da camara, e ella decidirá se a deve adoptar ou não; foi por isso que ha pouco soltou algumas expressões n'este sentido, quando fallava o sr. Pinto Coelho, mas declara que não foi intenção sua nem levemente offender a mesa.

Quanto á questão entende, que, não tendo havido reclamação alguma, quando a mesa mandou esta proposta á comissão das pautas, para que fosse ouvida outra qualquer comissão, não tinha logar agora a proposta do sr. deputado, porque se podia entender como uma especie de desconsideração á comissão de pautas.

O sr. Arrolas:—entende que a comissão de vinhos tem mais intima ligação com o assumpto de que se trata, do que a das pautas, e por isso julga que esta se não deve offender de que a camara resolva que a comissão dos vinhos emita a sua opinião sobre esta materia. Neste sentido approva a proposta.

O sr. D. Rodrigo de Menezes:—julga sempre um acto de desconsideração pôr de parte a obra de algum, quando lhe é recommendada, sem ao menos se ler (apoiados).

Receber o parecer de uma comissão, não o ler sequer, e manda-lo a outra comissão, é desconsideração os membros d'aquella que deu o parecer, e julga-lhe incapazes de apreciar a questão devidamente; é julgar os oito deputados que pertencem á comissão das pautas como não entendendo nada dos interesses da agricultura. É necessario acabar com estas categorias, porque todos os deputados que o paiz aqui manda têm direito a dar a sua opinião, como entenderem, nos diversos assumptos que se apresentarem na camara (apoiados).

Vota contra a proposta, prestando ao auctor d'ella toda a consideração e estima que lhe merece.

A requerimento do sr. Barros e Sá julga-se a materia discutida.

O sr. Pinto Coelho:—pede a algum dos membros da comissão das pautas, que declare, se da approvação d'esta proposta a comissão entende que lhe pôde resultar algum desaire; porque, n'esse caso, quer retirar-la.

O sr. Gomes de Castro:—a comissão das pautas já declarou pela bocca do seu secretario, e elle, orador, repete, que não julga haver desaire algum com a approvação da proposta do sr. deputado; parecendo comtudo á comissão que a maneira, por que se quer mandar agora este projecto á comissão dos vinhos, não é a mais regular.

Julgada retirada a proposta do sr. Domingos de Barros, é rejeitada a proposta do sr. Pinto Coelho, e prejudicado o additamento do sr. Pinto de Azevedo.

O sr. Affonseca:—pede que seja dado para ordem do dia de segunda-feira o projecto n.º 17.

O sr. Cyrillo Machado:—manda para a mesa uma representação do cirurgião-mór da guarda municipal do Porto, em que expõe o grave prejuizo que está soffrendo, e até certo ponto uma immerecida desconsideração, sendo aliás digno de toda a attenção pelos bons serviços que no espaço de vinte e quatro annos tem desempenhado no exercicio das funções inherentes á sua profissão. Ha em relação a este facultativo uma desigualdade que não se pôde admitir: é elle o unico da sua classe que percebe o soldo de 15\$000 réis, quando todos os facultativos do exercito têm maiores vencimentos, e os da guarda municipal de Lisboa, inclusive o cirurgião ajudante, fruem vantagens maiores que o cirurgião-mór da guarda municipal do Porto, que pelo seu cargo e serviço que lhe está incumbido não deve ser menos considerado que aquelles.

Parece-lhe de tanta justiça esta pretensão que espéra ser attendida quando se discutir o orçamento; e portanto pede que seja com urgencia enviada á respectiva comissão, para ter o andamento conveniente.

O sr. Pinto Coelho:—apresenta uma representação da camara municipal do concelho de Povoa de Lanhoso, relativamente á estrada de Braga a Chaves, e como está presente o sr. ministro das obras publicas, pede a s. ex.^a que mande, logo que possa, fazer os estudos competentes para esta estrada, e veja se é possível na sua directriz attender ao pedido d'esta e outras representações que têm sido apresentadas á camara n'este sentido.

ORDEN DO DIA

DISCUSSÃO DO PROJECTO N.º 14

Senhores.—A comissão de obras publicas foi presente a proposta de lei apresentada pelo governo, para ser autorisada a contrahir com Diogo Mason a construcção e exploração de um caminho de ferro para cavallos (tramway) entre a mina de cobre de S. Domingos de Melrola e o Guadiana, sem garantia de juro nem subvenção. No relatório que acompanhava a proposta do governo encontram-se as informações necessarias para se fazer idea da importancia da mina de que se trata, e a comissão julga desnecessario fatigar a vossa attenção com a enumeração das vantagens que devem resultar do estabelecimento de um meio de comunicação, que concorrendo poderosamente para a boa exploração da mina de S. Domingos, facilitando o transporte do seu abundante minério, muito deverá auxiliar a lavra de outras minas que abundam n'aquellas localidades, e proporcionará uma locomoção facil ás povoações ali já existentes, e as que necessariamente devem estabelecer-se logo que a industria mineira tenha adquirido o grau de desenvolvimento, que a obra que se projecta muito contribuirá para lhe fazer attigir em pouco.

Garantias pois as condições de arte e de exploração de modo que se tornem effectivas as vantagens já apontadas, parece á vossa comissão que bem se podem reputar de utilidade publica as expropriações que for mister fazer para levar a effecto o caminho em questão, na extensão de proximoamente 18 kilometros; e que a proposta do governo deve ser aprovada e convertida no seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.^o É o governo autorisado a contrahir com Diogo Mason a construcção e exploração de um caminho de ferro para cavallos (tramway) entre a mina de S. Domingos de Melrola e o Guadiana, sem garantia de juro nem subvenção alguma, estipulando as condições de arte e as de exploração que julgar de conveniencia reciproca e geral, e declarando de utilidade publica as expropriações que tiverem de ser feitas pelo concessionario, em conformidade com as condições do contrato.

Art. 2.^o O governo dará conta ás cortes do uso que houver feito da autorisação concedida pela presente lei.

Art. 3.^o Fica revogada a legislação em contrario.

Sala da comissão, em 10 de março de 1890.—José Estevão Coelho de Magalhães—Fernando Luiz Mousinho de Albuquerque—José Maria da Ponte e Horta—Antonio de Carvalho Coutinho de Vasconcellos—Hernenegildo Gomes da Palma—Joaquim Thomás Lobo de Avila—Thiago Augusto Velloso de Horta, relator.

É approvado na generalidade e especialidade sem discussão.

O sr. Presidente:—passa-se á discussão de pareceres de comissões.

Lêem-se na mesa os seguintes pareceres:

1.^o (A) Da comissão de obras publicas sobre as representações das camaras municipales de Miranda do Corvo, Alvaizere, Figueiró dos Vinhos, e Ferreira do Zezere, pedindo a continuação dos trabalhos na estrada, já começada entre Thomar e Coimbra, passando pelos Cabayós. A comissão é de parecer que estas representações devem ser remetidas ao governo para lhes dar a consideração que merecerem.

Approvado sem discussão.

2.^o (B) Da mesma comissão de obras publicas sobre o requerimento do sr. Henriques Secco, para se recommendar ao governo que mande estudar a estrada desde o Porto de Lays até á Marinha Pequena, no sitio do Couto. É a comissão de parecer que seja remetido ao governo para o tomar na consideração que merecer.

Approvado sem discussão.

3.^o (C) Da mesma comissão de obras publicas sobre as representações das camaras municipales de Miranda do Corvo, Penella, Alvaizere, Figueiró dos Vinhos, e Ferreira do Zezere, nas quaes, fundando-se em considerações, já de economia de construcção, já de interesses commerciaes e agrícolas, pretendem demonstrar a vantagem que resultaria de se adoptar para o caminho de ferro do norte uma directriz, que, passando por Thomar, seguisse d'alli pelo Valle dos Cabayós em direitura ao rio Duega, perto da ponte do Espinhil, e depois ao longo dos rios Duega e Ceira até á Portella do Mondego, continuando pela margem esquerda d'este até ao Almeirim, d'onde passaria para o norte de Coimbra. A comissão é de parecer que estas representações devem ser remetidas ao governo para o tomar na consideração que merecerem.

Approvado sem discussão.

4.^o (D) Da comissão de instrucção publica, sobre a representação da camara municipal de Guimarães, apresentada pelo sr. visconde de Pindella, para a criação de uma cadeira de philosophia racional e moral, e outra de rhetorica e poetica, ou, pelo menos, de uma cadeira em que se leiam aquellas disciplinas em curso biennial. É a comissão de parecer que a representação seja remetida ao governo para, em conformidade da autorisação que lhe é concedida pelo artigo 56.^o n.º 2.^o do decreto de 20 de setembro de 1844, proceder como for mais conveniente ao ensino publico.

Approvado sem discussão.

O sr. Presidente:—a ordem do dia para segunda-feira é, na primeira parte, além do projecto n.º 10, que já está dado, os projectos que hoje foram distribuidos n.ºs 17 e 18, e na segunda parte diversas interpellações aos sr. ministros do reino, justiça, fazenda, e obras publicas; e convidando os sr. deputados a trabalhos em comissões, levanta a sessão.—*Eram duas horas e meia da tarde.*

RECTIFICAÇÕES

O extracto do discurso do sr. S. Maria de Almeida, pronunciado na sessão do dia 3, e publicado a pag. 350, 3.^o col. lin. 148, por conter algumas omissões, rectifica-se da seguinte maneira:

O sr. Simão Maria de Almeida:—manda para a mesa, a fim de ir ás respectivas comissões, um requerimento de D. Pedro de Mascarenhas Vellasquez Sarmiento, natural da villa de Penella, capitão reformado, e addido á segunda companhia do 3.^o batalhão de veteranos da Foz, a fim de lhe serem pagos os soldos desde o 1.^o de janeiro de 1836 até 23 de outubro de 1851, na qualidade de tenente de cavallaria n.º 3, e amistiado assim pela convenção de Evora Monte.

A pretensão do requerente é de rigorosa justiça; e já os soldos lhe foram pagos até aos fins de dezembro de 1835, pela contadoria fiscal das tropas, e pela repartição provisional de liquidações.

Mas quando em janeiro de 1836 se ordenou que os officiaes das classes inactivas passassem a ser abonados pelo thesouro, exigindo-se guias exactas ás repartições que houvessem feito quaesquer abonos até aos fins de 1835, succedeu o não incluir a contadoria fiscal o nome do requerente, com o fundamento de não apparecer nos livros de assentamento senão D. Pedro de Mascarenhas de Menezes, exigido-se por isso que o mesmo requerente justficasse a identidade de pessoa. Effectivamente perante o ministerio da guerra o requerente provou ser o mesmo D. Pedro de Mascarenhas de Menezes, despatchado tenente de cavallaria n.º 3, em 28 de dezembro de 1820, e assim reconhecido pela ordem do dia de

recorramos continuamente ao credito para satisfazer as despesas ordinarias. Ora, não estando melhoradas as nossas condições economicas, não sabemos como podemos ir onerar o paiz com encargos a que elle não pôde satisfazer. E contudo ainda entende que as contribuições podem ser augmentadas, mas só no caso que sejam estabelecidas novas bases para a distribuição, porque pelas actuaes pagam só os pequenos proprietarios; e assim, quanto mais elevarmos a contribuição, mais vexado ha de ser o pequeno lavrador, que já não pôde pagar mais (apoiados). E nos projectos de fazenda, apresentados a esta camara pelo nobre ministro da fazenda, não vê reforma que melhore o methodo da distribuição da contribuição predial.

N'este estado, não recusa ainda o seu voto para todos os melhoramentos que possamos empreender; e vota mesmo que façamos algum sacrificio, porque é indispensavel sairmos do torpor em que temos estado. As nossas industrias estão paralisadas; e nem ellas podem progredir em quanto não tivermos caminhos e estradas que liguem as povoações entre si, e tornem mais baratos e commodos os transportes de viajantes e mercadorias.

E por estes motivos que vota por um caminho de ferro, que não ligue com a Europa, mas não vota conjuntamente pelo caminho de ferro do norte; porque n'aquelle encontra vantagens immediatas, o que não acontece com este. E não se aproveita do argumento que por vezes tem ouvido formar, deduzido do que se observa com a mala-posta. É facto que muitas vezes não ha viajantes para occuparem todos os lugares; o que parece mostrar falta de movimento industrial. Mas também é verdade que ali não podem ser transportadas mercadorias; e são essas innegavelmente as que podem assegurar maiores interesses aos caminhos de ferro.

O que não tem duvida é que os caminhos de ferro não bastam para o desenvolvimento industrial. São necessarias as estradas para facilitar a todos os povos do interior do paiz o gozo dos caminhos de ferro. E nós ainda não temos essas estradas, e o caminho de ferro do norte não liga todos os pontos mais importantes do paiz, e onde existem melhores elementos para a prosperidade publica. Em resultado, o caminho de ferro do norte é um melhoramento importante, e se não tivéssemos de fazer um grande sacrificio, era conveniente fazê-lo já; mas o sacrificio é enorme, e as nossas condições economicas pouco podem melhorar com elle, em quanto não forem feitas as estradas. E em quanto não podemos fazer-lhe, supra a boa estrada que já temos de Lisboa até ao Porto.

Uma outra razão o levou a rejeitar este projecto. O nobre ministro das obras publicas pouco depois que subiu ao poder encarregou o nosso engenheiro o sr. Sousa Brandão de ir estudar a directriz do caminho de ferro que havia de ligar-nos com a Europa seguindo pelo Valle Mondego. Esses estudos fizeram-se, e parece que demonstraram não ser difficil que o caminho seguisse o valle indicado.

Ora, esta directriz era incontestavelmente mais vantajosa do que a do Alentejo, porque dando-nos o mesmo resultado que nos ha de dar esta, o de nos ligar com a Europa, ao mesmo tempo havia de melhorar as condições economicas da provincia da Beira, muito mais susceptivel de melhoramentos do que a do Alentejo. Não quer desconsiderar uma ou outra provincia, mas se compararmos o Alentejo com a Beira, concluiremos que a provincia da Beira está n'outras condições geologicas muito superiores á do Alentejo, e que tem em si outros muitos elementos que são indispensaveis para o desenvolvimento industrial. E a fazermos um só caminho de ferro, como deviamos, era necessario fazê-lo pelo ponto por onde elle nos desse maior somma de interesses. D'esta mesma opinião era o nobre ministro das obras publicas quando encarregou d'esses trabalhos o citado engenheiro, porque na portaria que lhe expediu dizia, que tão conveniente julgava aquella directriz, que ainda por maior despeza lhe daria a preferencia, no caso de não ser absolutamente impossivel segui-la.

Em vista do que deixo dito, esperava que no contrato Salamanca tivesse ao menos adoptado a directriz pelo Valle Mondego, e não pelo Alentejo, porque era o que se deduzia da opinião do engenheiro, de accordo com a opinião do nobre ministro. Mas não foi assim; nem a camara sabe officialmente porque se despesou a indicação que o interesse publico determinava que fosse adoptada.

Foram estas as razões geracs que teve para votar contra o parecer das comissões de fazenda e obras publicas. Se reconhecesse que não iriamos fôr gravemente o credito, ou que podiamos augmentar a contribuição predial sem vexarmos para os povos, não só votava por duas linhas ferreas, mas por todas quantas precisamos, porque nós precisamos ainda de mais algumas; mas não pôde desligar o fim dos meios, e os meios n'este caso são os pecuniarios, que têm de sair da bolsa do contribuinte, se elle os podesse fornecer.

E não foi só por estas razões que assim votou. Analysando o contrato Salamanca, observou desde logo que lhe faltavam as garantias, que só podiam assegurar-nos o complemento da empreza contratada. Estabelece-se ali que o emprezario depositará 60.000 libras, mas esse deposito levanta elle desde que tiver gastado na obra 90.000 libras; fica-nos depois como segurança a obra já feita; mas como elle recebe o deposito e os juros, se lhe fizer conta, abandona a empreza e nós ficamos sem os caminhos, porque 90.000 libras é uma parte minima da despeza que as duas linhas ferreas hão de fazer. Uma companhia bem constituida era a unica segurança que podiamos alcançar, e tanto as comissões e reconheceram, que para as modificações apresentadas exigiram essa garantia; mas pelos estatutos que foram distribuidos para a formação de uma companhia, é impossivel conseguila, porque nenhum capitalista serio quereria associar-se ao sr. Salamanca com as condições estabelecidas n'esses estatutos.

Não dá a estes pontos maior desenvolvimento, porque esta discussão está já prejudicada com a votação de hontem. E é mais um motivo por que muito sente não lhe ter sido concedida a palavra na generalidade do projecto, ou quando esteve em discussão o artigo 1.º; porque, dando mais desenvolvimento a estas observações e a outras que ainda tinha para fazer, deixava mais bem consignados os motivos que o obrigaram a votar contra o parecer. E não por não querer abusar da paciência da camara, nem porque o tempo necessario para outros trabalhos, limita-se, e vai concluir.

Vota contra o artigo 2.º, em discussão, porque votou contra a obrigação estabelecida no artigo 1.º; não a approvou conforme ali está consignada, e por isso vota contra os meios que no artigo 2.º são estabelecidos para o cumprimento de uma obrigação que reprovava. E não é por outros motivos: n'este artigo não são creadas novas autorisações para emissões; apenas se autorisa um desvio de fundos já votados, para que tenham agora applicação aos caminhos de ferro contratados com D. José Salamanca. Este artigo é menos perigoso do que o artigo 3.º; é innegavel: e contra o artigo 3.º ha de votar, por mais algumas razões do que aquellas que tem expellido.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Porto.—A junta geral d'este districto, em cumprimento do que dispõe o decreto com força de lei de

16 de dezembro de 1852, deliberou que houvessem n'este districto tres exposições de gados no futuro anno economico de 1860 a 1861, sendo uma de gado cavallar, muar e asinino no dia 12 de novembro de 1860, na cidade de Penafiel, na feira denominada do S. Martinho; outra de gado suino no dia 18 de dezembro do dito anno, na feira da praça da Alegria, n'esta cidade do Porto; e outra de gado vacum e lanigero no dia 14 de maio de 1861, na feira do Campo Grande, n'esta cidade; e nomeou para thesoureiro das ditas exposições, para as que tiverem logar n'esta cidade, ao cidadão João Antonio de Sousa Guimarães, e para a que tiver logar na cidade de Penafiel ao cidadão Rodrigo Xavier Pereira Freitas e Bessa.

Hontem (1), diz o *Commercio do Porto*, das oito para as nove horas da noite, lançou-se ao rio Douro, no sitio da antiga ponte de barcas, Rosa Tapada, moradora nas escadas do Codegal, que assim queria pôr termo á vida, por motivo de desintelligências domesticas: O remador da alfandega, José Bandeira, que se achava em sua casa, próximo ao sitio, correu logo em soccorro da infeliz, e precipitando-se no rio, conseguiu salva-la a muito custo, e com risco da propria vida.

É uma acção de heroismo humanitario, digna de louvor e recompensa, que a real sociedade humanitaria de certo não deixará esquecida.

—No citado jornal lê-se tambem o seguinte: «A ex.^{ma} sr.^a D. Candida Vieira Machado Pereira, virtuosa esposa do sr. Guilherme Augusto Machado Pereira, deu no sabbado 50.000 réis ao asylo das raparigas abandonadas, que tanto ella como seu digno esposo por muitas vezes tem beneficiado com mão larga e generosa, e a que dispensam desvelada protecção.

«Os srs. Chamiços têm continuado a distribuir donativos pelos estabelecimentos pios. Os de que mais temos noticia foram o de 100.000 réis ao asylo da infancia disvalida, e 150.000 réis á ordem da Santissima Trindade.»

Braga.—Na correspondencia particular, dirigida d'esta cidade ao *Jornal do Porto*, encontram-se os seguintes apontamentos estatísticos sobre aquelle districto:

«Continua a emigração para os portos do Brazil, e apesar de ir em diminuição, ainda é grande. Em 1858 emigraram com passaporte d'este governo civil 1.430 individuos, e em 1859 emigraram 1.401. Os nascimentos em 1858 foram de 9.121 individuos dos dois sexos, e no anno passado foram de 8.977 individuos. Morreram em 1858 cousa de 5.436 pessoas, e no anno passado 5.733.

«Ora, sommando a cifra da mortalidade de 1858 com a da emigração no mesmo anno, temos de menos na população 6.866 pessoas, e abatendo esta cifra na de 9.121 nascimentos, restam apenas a favor da população do districto 2.255 dos nascimentos n'aquelle anno de 1858. E quantos d'esses chegarão á idade de ser uteis á sociedade?

«Em 1859 a desvantagem é ainda maior, porque os nascimentos foram menos, a mortalidade maior, e a emigração quasi igual. Os emigrados e fallecidos n'esse anno sommam 7.134, e sendo os nascimentos apenas 8.977, temos sómente 1.843 a favor da população.

«Estas differenças a favor são diminutissimas e bastante assustadoras, para que se procure, por todos os meios possiveis, obstar á emigração de uma provincia tão essencialmente agricola como esta.

«A população do districto em 1858 era de almas 298.700; e em 1859 apenas de 297.796. De sorte que a população em vez de augmentar diminuiu 904 almas. Tal diminuição foi em parte devida á maior mortalidade, causada pelo flagello das beixigas epidemicas, de que n'este logar fallei por vezes; mas isso não basta a explicar o facto; porque a differença de mortos para mais foi de 297, e a diminuição da população é de 904 almas em 1859.

«É provavel que os 707 habitantes que faltam na conta emigrassem para outras terras do reino, ou para os portos do Brazil sem passaporte, do que não cessam exemplos. Razo de mais para que se vigie seriamente por este negocio.

«Os crimes diminuíram em 1859 mais de 14 por cento. Mas como sobre estes dados estatísticos ainda tenho muito mais que dizer aos leitores, reservo-me para outro dia.»

ILHAS

S. Miguel.—A junta geral do districto de Ponta Delgada terminou a sua sessão annual. Na consulta que fez subir ao ministerio do reino lembra a necessidade de se attender aos seguintes pontos, conforme o extracto que da mesma consulta, faz o *Correio Michaelense*:

1.º Uma lei que lhe permita o imposto de 1 a 2 por cento *ad valorem* na importação e exportação pela alfandega d'esta cidade, com applicação aos expostos;

2.º Lei que autorise as camaras municipais a cobrarem as soldadas dos expostos que fallecerem, e que lhes fique tambem pertencendo metade das soldadas de todos os outros expostos até á sua emancipação, como indemnisação devida á sociedade;

3.º Para que os concelhos de districto possam tomar conta ás camaras municipales com assistencia do procurador regio, salvo o recurso para o tribunal competente;

4.º Reforma da lei do recrutamento;

5.º Providencias contra a emigração clandestina;

6.º Creação de um banco agricola;

7.º Abolição dos dizimos;

8.º Ampla liberdade de commercio, tirando-se á autoridade o arbitrio de abrir e fechar os portos aos cereaes;

9.º Abolição dos vinculos;

10.º Construção da docca;

11.º Livre cultura do tabaco, findo o actual contrato;

12.º Analyse das aguas das Furnas, e um estabelecimento de banhos;

13.º Conclusão da penitenciaria;

14.º Augmento de verba de 400.000 réis a 800.000 réis fortes para a policia das cadeias;

15.º Creação de mais cadeiras de instrução primaria, e uma de economia politica, e principios de escripturação mercantil;

16.º Creação de mais um curato no logar de Rabo de Peixe;

17.º Para que cesse o registro civil n'este districto;

18.º E finalmente para que o governo providencie sobre o estado lamentavel da administração da santa casa da misericórdia da Ribeira Grande, e confraria de Nossa Senhora da Conceição da mesma villa.»

Angra do Heroismo.—No *Insulano* de 8 do passado lê-se o seguinte:

«No 1.º do corrente foi posta em pratica n'este districto a medida linear como estava determinado no decreto de 20 de junho de 1859. A camara de Angra, e o inspector dos pesos e medidas d'este mesmo districto, publicaram editaes conducentes a promover a melhor execução, e a designar os dias das aflições indispensaveis.

«Nenhum embargo tem apparecido na execução da lei, quanto á nova medida linear, graças ás maneiras com que os logistas explicam ao povo as equivalencias das antigas medidas de vara e covado com o metro e suas divisões.»

—A caixa economica que em Angra do Heroismo teve o louvavel pensamento de fundar o benemerito conselheiro Nicolau Anastacio de Bettencourt continua a ter um sensivel progresso, que se torna notavel de dia para dia. Em quinze annos de existencia a caixa economica de Angra do Heroismo não tem desmentido aos previdentes fins que distinguem esta instituição.

Eis-aqui, segundo as folhas d'esta ilha, o movimento d'esta caixa economica no anno findo de 1859.

DEBITO

Pelo saldo em dinheiro em 31 de dezembro de 1858	2:498\$065
Por quantias recebidas de 1.086 depositantes, sendo 105 novos	11:548\$120
Idem de quantias que havia emprestado sobre obrigações abonadas e penhores de ouro e prata	22:098\$100
Idem de juros sobre os mesmos emprestimos	1:257\$890
Idem pelo abono feito á caixa	143\$080
Idem por conta de despesas com execuções	4\$455
Idem pelo custo de obrigações impressas em que os devedores firmaram sua responsabilidade	25\$650
	37:575\$360

CREDITO

Por quantias restituídas a 237 depositantes—capitales	8:452\$625
Pelos juros pagos aos mesmos depositantes	110\$980
Pela quantia abonada que pagou	143\$080
Por quantias emprestadas sobre obrigações abonadas	25:114\$730
Idem sobre penhores de ouro e prata	1:295\$075
Idem sobre letras afiançadas	351\$570
Por despesas feitas com o expediente e varias execuções contra devedores	263\$450
Pelo saldo em dinheiro n'esta data	1:843\$850
	37:575\$360

Angra do Heroismo, 31 de dezembro de 1859. —Frederico Ferreira Campos—João Alberto Rebello—Rogério Marcos de Oliveira.

Fayal.—O *Payalense* de 18 do passado dá a seguinte noticia:

«Na noite do dia 12 para 13 desabou um grande rochedo no logar de S. Miguel Archaujo, da ilha do Pico, na proximidade da estrada, levando para o mar mais de oitocentas braças quadradas de terra lavrada. Sete moradias pela proximidade da borda do rochedo foram abandonadas: os seus donos estão desmanchando-as para aproveitar os massames.»

—Do mesmo jornal transcrevemos ainda o que em seguida se lê:

«Dizem-nos que a pesca das toninas tem sido este anno muito lucrativa para os pescadores das Lagens do Pico, os quaes as têm procurado ao largo da costa, e em embarcações preparadas com os utensilios necessarios para esta qualidade de pesca.»

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 3 do corrente, e de Paris até 1.º.

—Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: Francfort, 30 de março.—A Austria notificou á dieta o seu protesto contra a annexação dos ducaes italianos.

A Prussia reiterou as suas reservas, contra a ultima resolução relativa á questão de Hesce.

Turim, 30.—Partiram os commissarios, a fim de combinarem com a França a questão das fronteiras. Em Chambéry foram varios empregados demittidos.

Os carabineiros do papa arremessaram ao chão, em Pesaro, as armas da Sardenha, que estavam collocadas na porta do vice-consul sardo.

Londres, 30.—Foi adoptada uma moção de sir Lendlay, para se propor á rainha que entre em negociações com o imperador Napoleão sobre o tratado, em virtude do qual fiquem mutuamente abolidos todos os direitos sobre os navios, e se adoptem diferentes alterações nas leis francezas sobre a navegação, a fim de que se estreitem, quanto passivel, as relações amigaveis entre as duas potencias.

Paris, 1.º de abril.—O *Moniteur* de hoje diz que o governo, attendendo ás circumstancias actuaes, se vê na necessidade de recordar que a concordata vigente prohibe que se recebam, publiquem, imprimam ou ponham á circulação, sem autorisação do mesmo governo, bula, breve, rescripto, mandato, provisão ou quaisquer outros documentos d'este genero, promulgados pela curia romana.

As correspondencias de Naples, que alcançam até 27 de março ultimo, desmentem a noticia de que as tropas napolitanas invadissem as Marcas.

Londres, 31 de março.—Sir Robert Peel pronunciou na camara dos commons um extenso discurso relativo á questão suissa, que julga digna do apoio da Europa, pois vê ameaçada a sua neutralidade pela annexação da Saboya. O orador censurou o rei da Sardenha por esta cessão, e disse que a Inglaterra foi enganada pela França. Recreia-se que Napoleão não possa conter o povo francez, se persistir na politica de conquistas. Como nenhum dos ministros respondeu a sir Robert Peel, a camara passou a occupar-se de outros assumptos.

Chambéry, 31.—O general Garibaldi foi eleito deputado por Niza. Seis collegios eleitoraes do territorio reclamado pela Suissa elegeram cinco deputados francezes e um suizo. Cento e cincoenta saboyanos apoderaram-se do vapor *Aguila*, e dirigiram-se para Thona, arvorando a bandeira suissa. O conselho federal adoptou medidas energicas contra este louco intento.

Marselha, 31.—Se os francezes saírem de Roma as tropas pontificias occuparão a capital, e as napolitanas as Marcas de Ancona.

O general Lamoricière tencionava inspecionar o estado do exercito papal. O jornal official de Roma, alludindo á recepção (?) de 300 irlandezes, diz que a Irlanda é sempre heroica, não obstante os seus infortunios. A linguagem do jornal citado é essencialmente benevola nas suas allusões á França.

Berna, 31.—O conselho federal resolveu pôr o contingente genebrez ás ordens do coronel Ziegler, e decidiu enviar uma nota ás potencias, declarando que adoptará medidas energicas para evitar que se repitam tentativas como a do dia anterior.

Berlin, 31.—A *Nova Gazeta da Prussia* diz que a resposta do governo prussiano á nota franceza faz grandes objecções á annexação de Saboya, porém que essa resposta não deve considerar-se como um protesto.

Paris, 31.—O *Courrier du Dimanche* diz que o grão-duque da Toscana e o duque de Modena protestaram contra a annexação dos seus estados á Sardenha.

A *Patrie* sustenta que o governo napolitano não pensa em intervir nas questões que se dizem respeito ao papa.

O mesmo jornal desmente positivamente a noticia relativa ás desordens que ultimamente ocorreram na Suissa. Parece que 300 individuos pertencendo a Saboya, porém foram energeticamente repellidos nas margens do lago de Genebra.

—Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Paris, 2 de abril.—O *Moniteur* diz que as tropas francezas foram acolhidas em Niza com o maior entusiasmo.

Roma, 31 de março.—O general Goyon, a pedido dos officiaes francezes, mandou soltar os individuos que foram presos pelos soldados do papa, declarando que os gendarmes obraram assim por ordem sua, porque têm instrucções para prestar auxilio ao summo pontifice.

Turim, 2 de abril.—Abriram-se as camaras. O rei pronunciou o discurso de abertura, no qual expoz os grandes resultados alcançados pelos exercitos francez e italiano, e a abnegação de que as populações deram provas não equivocas. «Como uma prova de reconhecimento para com a França, acrescentou sua magestade, e para consolidar a união de duas nações que têm uma origem igual, consumei o sacrificio que me era mais penoso, cedendo a Saboya e Niza; descejo todavia que esta cessão seja votada pelo povo e sancionada pelo parlamento, salvas as garantias do direito internacional suizo. Temos ainda muitas difficuldades a vencer; porém, auxiliado pela opinião publica, e pelo amor dos povos, não permitirei que sejam prejudicados os direitos de classe alguma, respeitando, como os meus antepassados, os soberanos catholicos, o chefe da igreja, se a autoridade ecclesiastica empregar armas espirituas. Na parte relativa aos interesses temporaes, saberei encontrar a força necessaria para manter intacta a liberdade civil e a minha autoridade, contando unicamente com Deus e com a justiça dos meus actos.»

O rei fallou depois da organização interna das novas e antigas provincias, e terminou o seu discurso convidando todas as opiniões sinceras para que concorram nobremente para a realização do bem estar dos povos e grandeza da patria; «da patria, acrescentou elle, que não é a Italia dos romanos, nem a da idade-media, que não deve ser d'hoje em diante um campo aberto a ambições estrangeiras, mas unicamente a Italia dos italianos.»

HESPAÑIA

Sob o titulo de *traição do general Ortega*, a *Correspondencia de Espana* dá nos termos seguintes noticia da revolta carlista que ultimamente rebentou em Hespanha:

«..... Os jornaes annunciaram, era notorio ha alguns dias, e o governo estava prevenido por noticias de Paris e do reino, de que se preparava um movimento carlista: estavam adoptadas todas as precauções possiveis, e vigiadas certas pessoas das que se suppunham iniciadas no projecto. Alguns indícios havia contra a fidelidade do general Ortega, porém o governo, assim como todas as pessoas sensatas, não acreditava em tão hedionda cumplicidade, e sem desprezar as advertencias, e sem deixar de tomar disposições para cujo cumprimento não medeou tempo sufficiente, não quiz todavia proceder contra um alto chefe da milicia sem que apparecessem provas da sua culpabilidade.

«Os projectos de movimentos carlistas estendiam-se a mais de uma provincia, sabia-se que em Burgos e em alguns outros pontos se conspirava, e como nem sempre se pôde atalhar o mal pela raiz, o governo aguardava o resultado, confiando, como sempre, na sua força.

«A primeira noticia que se recebeu no dia 1.º do corrente, foi que a revolta rebentára em Aranda del Duero.

«Effectivamente, no dia 31 de março ultimo, reuniam-se doze homens armados e montados, levando em sua companhia tres guardas civis, algumas espingardas e oito cavallos das diligencias do norte. Tendo partido para Lerma, dois dos guardas civis voltaram ao ponto de partida, porém o cabo José Villa Real ficou com os revoltosos.

«Segundo as informações que temos, a guerrilha é commandada por um individuo de trinta e seis annos, corado, com a barba toda crescida.

«Constou por noticias posteriores que alguns dos revoltosos se separaram dos seus companheiros, que em numero de seis ou sete homens seguiram o caminho da serra.

«Porém este acontecimento perdeu muito da sua importancia em vista de outro, cuja noticia foi acolhida por todos com geral execração. De manhã, recebeu o governo um despacho telegraphico com a noticia de que rebentára uma revolta em Mahon; logo depois constou, por um segundo despacho, que o general Ortega tinha saído de Palma com a guarnição, e quando se esperava pela noticia de que este chefe partira para Mahon a fim de castigar devida-mente os amotinados, o alcaide de San Carlos de Rapita noticiou que as forças commandadas por esse general tinham desembarcado, pronunciando-se a favor de Carlos VI.

«Os navios que transportaram essas forças eram dois, estrangeiros e fretados em Marselha: os fundos para a empreza saíram de Paris e de Madrid. Ausentaram-se d'esta corte algumas pessoas, ás quaes se attribue a responsabilidade d'esto movimento.»

O jornal official hespanhol confirma plenamente as noticias que acima transcrevemos, acrescentando que o governo adoptou todas as disposições necessarias para castigar os revoltosos.

FRANÇA

O jornal official francez publica, no seu numero de 30 de março ultimo, o texto do tratado de reunião da Saboya e Niza á França. Esse importante documento compõe-se dos artigos seguintes:

Artigo 1.º Sua magestade o rei da Sardenha consente na reunião da Saboya e do districto de Niza á França, e renuncia para elle e para os seus descendentes e successores, a favor de sua magestade o imperador dos francezes, aos seus direitos e titulos so-

bre os ditos territorios. Esta reunião será effectuada sem constrangimento de vontade das populações, e os governos do imperador dos francezes e do rei da Sardenha combinarão, com a brevidade possivel, os meios por que podem ser apreciadas as manifestações d'esta vontade.

Art. 2.º Sua magestade o rei da Sardenha não pôde transferir as partes neutralizadas da Saboya senão com as mesmas condições, pelas quaes as possue; e sua magestade o imperador dos francezes entender-se-ha sobre este assumpto tanto com as potencias representadas no congresso de Vienna, como com a confederação helvetica, dando-lhes as garantias que resultam das estipulações prescriptas no presente artigo.

Art. 3.º Uma commissão mixta determinará com equidade as fronteiras dos dois estados, tomando em consideração a configuração das montanhas e a necessidade da defeza.

Art. 4.º Uma ou muitas commissões mixtas serão encarregadas de examinare e resolverem, no prazo mais curto possivel, as diversas questões incidentes provocadas pela reunião, taes como a fixação da parte contributiva da Saboya e do districto de Niza, na divida publica da Sardenha, e a execução das obrigações resultantes dos contratos feitos com o governo sardo, o qual fica todavia com direito a terminar os trabalhos para a abertura do tunnel dos Alpes (Mont-Cenis).

Art. 5.º O governo francez tomará em consideração os direitos dos funcionarios da ordem civil e dos militares que pertencem pelo seu nascimento á provincia da Saboya e ao districto de Niza, attentos os serviços que prestaram ao governo sardo. Elles gosarão principalmente do beneficio resultante da inamovibilidade para a magistratura e das garantias que pertencem ao exercito.

Art. 6.º Os subditos sardos oriundos da Saboya e do districto de Niza, ou que rezidam actualmente n'estas provincias e que queiram conservar a sua nacionalidade, gosarão, durante o espaço de um anno, a partir da troca das ratificações, e mediante uma declaração previa feita á autoridade competente, da facultade de transportarem o seu domicilio para a Italia, e de ali se estabelecerem ficando assim considerados cidadãos sardos. Elles poderão conservar os seus bens immoveis situados nos territorios reunidos á França.

Art. 7.º Para a Sardenha, o presente tratado será executório, logo que a sanção legislativa necessaria for dada pelo parlamento.

Art. 8.º O presente tratado será ratificado, e as ratificações serão trocadas em Turim no prazo de dez dias, ou mesmo mais cedo se for possivel. (Seguem-se as assignaturas).

PIEMONTE

N'uma correspondencia de Turim, datada de 25 de março ultimo, lê-se o seguinte:

«O abade Stellardi, que chegou a Roma, encarregado pelo rei Victor Manuel de uma missão particular, não foi bem recebido por sua santidade. As palavras do papa foram repassadas de severidade. Todavia sua magestade não perdeu ainda a esperança de que o summo pontifice nutra sentimentos mais benevolentes a seu respeito, e para este fim partiu já para Roma mr. Rossi, um dos diplomatas do ministerio dos negocios estrangeiros.

«Mr. Rossi é portador de uma nova carta dirigida pelo rei Victor Manuel ao summo pontifice. N'esta carta sua magestade faz protestos da mais sincera dedicação pela santa sé, e enumera as razões que o levaram a aceitar a investidura do poder das Legações, onde elle apenas quer ser o vigário de sua santidade.

«O barão Ricasoli partiu novamente para Florença.

«As tropas piemontezas e lombardas entram em massas, por terra e por mar, nos estados annexados. Cinco fragatas e alguns transportes a vapor saíram de Genova, levando a bordo regimentos piemontezes. Apenas estas forças chegarem á Toscana, partirão igualmente para esse ponto o principe Carignan.

«Chegou a Niza o irmão do imperador da Russia, o grão-duque Nicolau...»

SUISSA

N'uma correspondencia de Berna lê-se o seguinte:

«Os dois conselhos que compõem a assembleia federal devem reunir-se no dia 29 do corrente (março) na cidade federal, a fim de tomarem conhecimento das negociações que até hoje têm tido logor acerca das provincias sardas comprehendidas na neutralidade suissa, e para combinarem as medidas ultteriores que a situação actual pôde reclamar da confederação suissa.

«A convocação dos conselhos supremos da Suissa foi resolvida n'uma sessão importante do conselho federal que não durou menos de tres horas e meia, e na qual se tomou conhecimento, entre outras cousas, de muitos relatorios enviados tanto de Paris como de Turim á autoridade executiva federal.

«O conselho federal depois de, até hoje, dirigir só as negociações com as potencias relativamente á conservação da neutralidade das provincias saboyanas, como é natural, deseja agora consular a assembleia federal sobre a politica que deve adoptar-se, em presença dos acontecimentos inesperados que ultimamente se têm dado.

«Esta convocação será bem acolhida em toda a confederação, porque a união das camaras federaes é para o povo suizo, como na epocha do nosso conflicto com a Prussia acerca de Neuchatel, uma garantia que o verdadeiro estado da situação politica na qual nos achamos será discutido com a maior publicidade, e que assim serão satisfeitas as exigencias de opinião publica.» (La Presse.)

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 4 de abril de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Rosa, escuna portuguesa, capitão F. de Santa Rita, de Gibraltar em 6 dias, de Lagos em 24 horas, com trigo, café, e mais generos a M. Buzaglio; 10 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 9 horas da noite.

S. José 2.º, patacho portuguez, capitão J. Ferreira, da ilha de Santa Maria em 13 dias, com trigo a J. de Brito; 8 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Luiz de Figueiredo Mello Falcão, proprietario; Manuel de Mello, marítimo, portuguez. Entrou e deu fundo hontem ás 11 horas e meia da noite.

Josephina, patacho portuguez, capitão J. J. da Silva, de Cotinguiba em 55 dias, com assucar, e mais generos a M. J. D. Monteiro; 8 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 11 horas e tres quartos da noite.

Mathilde, patacho portuguez, capitão J. J. Henriques, da ilha de S. Miguel em 12 dias, com barro, e vinho a J. M. Gonçalves; 10 pessoas de tripulação e 1 mala.

Acoriano, paquete portuguez a vapor, capitão A. T. Machado, das ilhas do Fayal em 152 horas, da Terceira em 111, e de S. Miguel em 86, com varios generos a companhia *uniao mercantil*; 41 pessoas de tripulação, 7 malas, e 46 passageiros.

EMBARCAÇÃO SAÍDA

Ville de Lisbonne, paquete francez a vapor, capitão J. Ordennean, para Vigo e S. Nazaire, com vinho, fruta, e mais generos; 25 pessoas de tripulação, e 58 passageiros.

Dia 5

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Princess Charlotte, escuna sueca, capitão G. A. Hugstom, de Cete em 21 dias, com vinho a Wener & Schonewald; 8 pessoas de tripulação. Destina-se para Copenhague, e vem arribada, a fim de indiciar a carga. Entrou, e deu fundo hontem ás 9 horas da noite.

Amazon, paquete inglez a vapor, capitão A. Leggett, do Lanzarote em 15 dias, de Grã-Canarias em 14, de Tenerife em 13, do Mogador em 8, e de Cadiz em 2, com azeite e mais generos a F. P. Basto; 24 pessoas de tripulação, e 15 passageiros.

D. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F. B. Ribeiro, de Villa Real de Santo Antonio em 24 horas, de Tavira em 23, de Olhão e Faro em 20, de Villa Nova de Portimão em 16, e de Lagos em 14, com encomendas a companhia *uniao mercantil*; 20 pessoas de tripulação, 2 malas, e 27 passageiros.

Ignacio, fachuco hespanhol, capitão M. Lopes, de Torre Viega em 17 dias, e de Monril em 11, com sal ao seu consul; 8 pessoas de tripulação. Destina-se para Santander, e vem arribado por causa do tempo, e com agua aberta.

Fredrick, barca russiana, capitão A. Tengstrom, para Setubal, com sal; 10 pessoas de tripulação.

Dia 6

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Triumphante, brigue portuguez, capitão J. L. A. Chaves, de Loanda em 59 dias, com urzella, cera, marfim e mais generos a A. J. de Oliveira; 15 pessoas de tripulação, 1 mala, e 8 passageiros, que são: Joaquim da Vasa Cesar, proprietario; Joaquim Theophilo da Costa, Antonio Joaquim da Silva, Antonio José Fernandes Guimarães, com dois menores, negociantes, portuguezes; Domingos da Silva Baguê, com um criado, negociante, hespanhol. Entrou e deu fundo hontem ás onze e meia horas da noite.

Jason, paquete inglez a vapor, capitão R. Eustice, de Milford-Haven em 7 dias, com fazendas a P. Olive & C.; 103 pessoas de tripulação, 1 mala, e 9 passageiros. É da força de 600 cavallos.

Vasco da Gama, paquete inglez a vapor, capitão J. Ducate, de Glasgow em 9 dias, com fazendas a G. A. Hancock & C.; 15 pessoas de tripulação.

Vesta, paquete francez a vapor, capitão M. de Morcen, de Marselha em 9 dias, de Valencia em 8, de Malaga em 6, e de Gibraltar em 3, com diferentes generos a M. Walsh & C.; 19 pessoas de tripulação.

Braganza, paquete inglez a vapor, capitão W. London, de Liverpool em 6 dias, com diferentes generos a G. A. Hancock & C.; 18 pessoas de tripulação, 1 mala, e 1 passageiro.

Novo Paquete, barca portuguez, capitão F. J. de Mendonça, de Moçambique em 116 dias, com cera, marfim e mais generos a T. M. Bessone; 17 pessoas de tripulação e 2 malas.

Amalia 1.ª, brigue portuguez, capitão J. S. Arnella, de Pernambuco em 61 dias, com assucar a M. A. Fernandes; 16 pessoas de tripulação.

Mina, escuna hollandeza, capitão M. N. Struiten, para Havana, com sal e ginebra; 7 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 6 de abril de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 6 DE ABRIL DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 2

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Navegou para Vigo, a fazer quarentena, a galeira *Amizade*, vinda do Rio de Janeiro em 35 dias, morrendo-lhe durante a viagem, o passageiro Antonio Lopes e da tripulação, José Otero.

Navegaram para Lisboa os brigues, *Amalia 1.ª* e *Prompido 2.ª*, ambos de Pernambuco, o primeiro em 57 dias e o segundo em 47, portuguezes. Fôra da barra ficam: hiatos, *Christina*, *Oriente*, *Sem Segundo*, e outro que se ignora o nome: *Rasca Anuncição* e uma bateira, portuguezes, e um patacho hespanhol.

O mar está agitado.—O vento esteve O. regular, continuando ainda.

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fôra da barra ficam, patacho *Josephina*, e cinco hiatos portuguezes, e dois patachos.

O mar está agitado.—O vento esteve SE. e E. regulares, S. SO. O. fortes; agora NO. regular.

Não entrou nem saiu embarcação alguma, nem se avistam fôra da barra.

O mar está agitado.—Vento esteve O. forte, agora regular.

Não entrou, nem se avista embarcação alguma.

Saídas—Vapores, portuguez, *Visconde de Atho-guia*, para Lisboa; e inglez, *Adonis*, para Londres.

O mar está um tanto agitado.—O vento esteve E. O., agora NO. regulares.

De Villa do Conde, do dia 31 de março

Não saiu nem entrou embarcação alguma.

Mar bom.—Vento S.

Não saiu nem entrou embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento O.

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento O.

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento O.

Do dia 3

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento S.

De Vianna do Castelo, do dia 2

Não saiu embarcação alguma.

Entradas—Hiatos, *Alcides*, de Lisboa, e *Bom Jesus dos Navegantes*, da Figueira, arribados.—*Rasca Adelaide*, de S. Martinho.—*Cahique*, S. Vicente Ferreira, de Cezimbra.

Hoje pelas 6 horas da manhã appareceu, proximo d'esta barra, o patacho *Constante*, pertencente a esta praça, vindo do Rio de Janeiro, e não lhe foi dada entrada; foi para Vigo fazer quarentena.

Em Espozende não entrou, nem saiu embarcação alguma nos dias 30 e 31.

Do dia 3

Entraram—*Rasca Conceição Feliz*, de Setubal com sal, destina-se para o Porto, e vem arribada.—*Hiate*, S. Vicente 2.º; *pallabote*, *Christina*; *rasca Anuncição*; bateira *Isabel*.

Não saiu embarcação alguma.

A barra boa.—Mar agitado.

Do dia 4

Entrou o hiate *Oliveira*, com carga da praça, vindo de Lisboa.

Não saiu embarcação alguma.

Do dia 5

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Em Espozende nos dias 1, 2 e 3, também não houveram entradas nem saídas.

De Caminha, do dia 2

Entrou o hiate, *Novo Espectador*, vindo de Malaga.

Mar muito agitado.—Vento SO.

Do dia 3

Entrou o hiate *Caminha*, de Villa Real de Santo Antonio.

Mar agitado.—Vento SO.

Do dia 4

Entrou o hiate *Lealdade*, vindo de Lisboa, arribado.

Mar bastante agitado.—Vento OSO. forte.

Do dia 5

Entrou o hiate *Bom Dia*, vindo de Velles e Malaga.

Vento SO.—Mar agitado.

De Aveiro, do dia 2

No dia de hontem não entrou, nem saiu embarcação alguma.

Hoje entrou o hiate *Feliz Destino*, de Lisboa, com encomendas.

Dos dias 3, 4 e 5

N'estes dias não entraram nem saíram embarcações alguma.

Da Figueira, do dia 2

Entrou o cahique *Senhora do Rosario*, de Cezimbra, com pescaria.

Não saiu nem fôra da barra se avista embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento OSO. bonançoso.

Do dia 3

Entradas—Portuguezes, cahiques, *Andorinha*, *Se Deus Quizer*, e *Corpo de Deus*; todos tres de Cezimbra com pescaria; *Girassol*, de Peniche com pescaria.

Não saiu, nem fôra da barra se avista embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento OSO. forte.

Do dia 4

Entrou o cahique portuguez *S. João Baptista*, de Peniche, com pescaria.

Não saiu embarcação alguma, nem se avistam.

Mar muito agitado.—Vento OSO. rijo.

Do dia 5

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fôra da barra nada se avista.

Mar agitado.—Vento NO.

Da Ericeira, do dia 2

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento variavel.—Tempo nevoado.

Do dia 3

Não entrou, nem saiu embarcação alguma.

Vento SO.—Mar agitado.—Tempo nevoado.

Do dia 4

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento SO.—Tempo nevoado de aguaceiros.

Do dia 5

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento NO.—Tempo nevoado.

Saíu o vapor portuguez *D. Luiz*, para Lisboa, com encomendas.

Não entrou nem se avista embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento SO. regular.—Atmosfera nevoada.

Do dia 3

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fôra da barra só se avista um vapor.

O mar está agitado.—Vento S. e agora OSO.—Atmosfera nevoada.

Do dia 4

Entrou o vapor inglez *Carbon*, de Gibraltar em 2 dias, em lastro.

Não saiu nem se avista embarcação alguma.

O mar está agitado.—Vento OSO., atmosfera nevoada.

Do dia 5

Não entrou, não saiu, nem se avista embarcação alguma.

O mar está agitado.—Vento SO. com aguaceiros, agora NO.

De Tavira, do dia 2

O vapor portuguez *D. Luiz*, communicou n'este porto pelas nove horas da manhã, vindo de Villa Real de Santo Antonio, recebem passageiros, e seguiu carreira para Lisboa pelos portos da sua escala.

Não saiu embarcação alguma.

Hontem entrou o fachuco portuguez *Primo Santa Rita*, de Villa Real de Santo Antonio, com sal e ovos.

O vento continua SO. regular.

Do dia 3

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O vento esteve SO. bonançoso, agora SSO. e S. fresco.—Atmosfera carregada e de chuva successiva.

Do dia 4

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento SO.

Do dia 5

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento SO. fresco.

De Faro, do dia 2

Entrou o vapor *D. Luiz*, vindo de Tavira e Villa Real de Santo Antonio.

Não saiu embarcação alguma.

Vento O. mais ou menos fresco.—Mar de pequena vaga na costa.

Do dia 3

Não entrou embarcação alguma.

Saíu o vapor *D. Luiz*, para Lisboa, pelos portos de sua escala; carga, laranja, encomendas, bagagens, e passageiros.

Tempo de vendaval.—Vento SSO. e SO.—Mar empolado na costa.

De Setubal, do dia 2

Entrou o brigue sueco, *Christina*, de Gibraltar em lastro.

Saídas—Hiate portuguez *Nova Lembrança*, para o Porto com varios generos.—Bateira *Conceição de Maria*, para Lisboa com carvão.

Do dia 3

Entradas—Brigue prussiano *Milia*, de Lisboa, com sal.—Hiate portuguez *Carlos Alberto*, de Velles e Malaga, em lastro.

Saídas—Bateira portuguez *Estrella de Ovar*, com vinho e azeite.

Vento de manhã S. forte, de tarde NO.

Do dia 4

Entradas—Patacho hespanhol *Aninha*, e fachuco hespanhol, *S. José*; ambos da Torre Velha, com sal, arribados.—Escuna hespanhola *S. Gines*.

Não saiu embarcação alguma.

Vento SO.

Do dia 5

Entrou a barca sueca *Eolus*, de Cadiz, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

Vento NO.

De Villa Nova de Portimão, do dia 1 de abril

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar está um pouco agitado.—O vento SO. e S. regular.—Atmosfera nublada.

Do dia 2

Entrou o cahique portuguez *Senhora da Soledade*, de Villa Nova de Milfontes, em 1 dia, com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

O mar bom.—Vento variavel bonançoso.

Do dia 3

Entrou o hiate portuguez *Heroismo*, do Porto, em 4 dias, com encomendas.

Não saiu embarcação alguma.

Fôra da barra está o vapor *D. Luiz*, vindo de Faro e mais portos da provincia; destina-se para Lisboa.

O mar está um tanto agitado.—Vento SSO. regular.—Atmosfera carregada, e chuva.

Do dia 4

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento O. com aguaceiros.

Do dia 5

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento ONO. fresco e aguaceiros.

De Lagos, do dia 29 de março

Ancorou o patacho hespanhol *S. José*, de Torre Viega, para Santander, com sal; arribado.

Do dia 30

Ancoraram—Portuguezes, hiate *Carlos Alberto*, de Malaga, para Lisboa, em lastro, arribado; escuna *Rosa de Faro*, de Gibraltar para Lisboa, com trigo; arribada.

Saídas—Hiate portuguez *Carlos Alberto*, para Lisboa.—Patacho hespanhol *S. José*, para Santander.

O mar bom.—Vento N. fresco.

Do dia 31

Chegou o vapor portuguez *D. Luiz*, de Lisboa; desembarcou algumas encomendas e seguiu logo para Villa Nova de Portimão.

Ancorou o cahique portuguez *Santa Rita*, da Figueira; desembarcou uma passageira, e seguiu logo para Villa Real de Santo Antonio.

O mar bom.—Vento N. bonançoso.

Do dia 1 de abril

Não entrou embarcação alguma.

Saíu a escuna portuguez *Rosa de Faro*, para Lisboa.

Mar bom.—Vento NO. e ONO. fresco.

Do dia 2

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento NO. bonançoso.

Do dia 3

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento SO. regular.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 6 de abril de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 4 de abril.—Não houve cotisação.

Em 5 de abril.—Não houve cotisação.

Bolsa de Paris, em 4 de abril.—3 por cento francez a 69,8—4 1/2, dito a 96.

Em 5 de abril.—3 por cento francez a 70—4 1/2, dito a 95,60.

Bolsa de Londres, em 4 de abril.—Consolidados de 94 3/8 a 94 1/2.

Em 5 de abril.—Consolidados 94 3/8 a 94 1/2.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

ABRIL-4	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Milímetros	Grãos C.	Por 100	Ramos
9 m.	747,69	11,0	64,5	OSO.
3 t.	746,47	8,1	89,7	OSO.

Maxima—temperatura..... 14,6 C.

Minima..... 10,1 "

Ozone..... 9,0 "

de dia..... 9,0 "

de noite..... 10,0 "

Chuva (ndometro)..... 12,1 Mil.

Evaporação (vapormetro)..... 2,2 "

Altura barométrica correcta.

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

DIA 3.

Maxima—temperatura..... 14,6 C.

Minima..... 10,1 "

Ozone..... 9,0 "

de dia..... 9,0 "

de noite..... 10,0 "

Chuva (ndometro)..... 12,1 Mil.

Evaporação (vapormetro)..... 2,2 "

Altura barométrica correcta.

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

DIA 4.

Maxima—temperatura..... 12,3 C.

Minima..... 9,0 "

Ozone..... 8,5 "

de dia..... 8,5 "

de noite..... 7,7 Mil.

Chuva (ndometro)..... 3,0 "

Evaporação (vapormetro)..... 3,0 "

Altura barométrica correcta.

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

DIA 5.

Maxima—temperatura..... 12,3 C.

Minima..... 9,0 "

Ozone..... 8,5 "

de dia..... 8,5 "

de noite..... 7,7 Mil.

Chuva (ndometro)..... 3,0 "

Evaporação (vapormetro)..... 3,0 "

Altura barométrica correcta.

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

DIA 6.

Maxima—temperatura..... 12,3 C.

Minima..... 9,0 "

Ozone..... 8,5 "

de dia..... 8,5 "

de noite..... 7,7 Mil.

Chuva (ndometro)..... 3,0 "

Evaporação (vapormetro)..... 3,0 "

Altura barométrica correcta.

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

DIA 7.

Maxima—temperatura..... 12,3 C.

Minima..... 9,0 "

Ozone..... 8,5 "

de dia..... 8,5 "

de noite..... 7,7 Mil.

Chuva (ndometro)..... 3,0 "

Evaporação (vapormetro)..... 3,0 "

Altura barométrica correcta.

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

DIA 8.

Maxima—temperatura..... 12,3 C.

Minima..... 9,0 "

Ozone..... 8,5 "

de dia..... 8,5 "

de noite..... 7,7 Mil.

Chuva (ndometro)..... 3,0 "

Evaporação (vapormetro)..... 3,0 "

Altura barométrica correcta.

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

DIA 9.

Maxima—temperatura..... 12,3 C.

Minima..... 9,0 "

Ozone..... 8,5 "

de dia..... 8,5 "

de noite..... 7,7 Mil.

Chuva (ndometro)..... 3,0 "

Evaporação (vapormetro)..... 3,0 "

Altura barométrica correcta.

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

DIA 10.

Maxima—temperatura..... 12,3 C.

Minima..... 9,0 "

Ozone..... 8,5 "

de dia..... 8,5 "

de noite..... 7,7 Mil.

Chuva (ndometro)..... 3,0 "

Evaporação (vapormetro)..... 3,0 "

Altura barométrica correcta.

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

DIA 11.

Maxima—temperatura..... 12,3 C.

Minima..... 9,0 "

Ozone..... 8,5 "

de dia..... 8,5 "

de noite..... 7,7 Mil.

Chuva (ndometro)..... 3,0 "

Evaporação (vapormetro)..... 3,0 "

Altura barométrica correcta.

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

DIA 12.

Maxima—temperatura..... 12,3 C.

Minima..... 9,0 "

Ozone..... 8,5 "

de dia..... 8,5 "

de noite..... 7,7 Mil.

Chuva (ndometro)..... 3,0 "

Evaporação (vapormetro)..... 3,0 "

Altura barométrica correcta.

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

DIA 13.

Maxima—temperatura..... 12,3 C.

Minima..... 9,0 "

Ozone..... 8,5 "

de dia..... 8,5 "

de noite..... 7,7 Mil.

Chuva (ndometro)..... 3,0 "

Evaporação (vapormetro)..... 3,0 "

Altura barométrica correcta.

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

DIA 14.

Maxima—temperatura..... 12,3 C.

Minima..... 9,0 "

Ozone..... 8,5 "

de dia..... 8,5 "

de noite..... 7,7 Mil.

Chuva (ndometro)..... 3,0 "

Evaporação (vapormetro)..... 3,0 "

Altura barométrica correcta.

Altitude do barometro